

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06 de 24 de maio de 2018 .

1 – Identificação:

1.1 - Título do Projeto:

Capacitação técnica e elaboração da minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico de 06 municípios no estado do Amapá, conforme Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Funasa/2012 e Plano de Trabalho Anexo.

1.2– Objetivo

- a) Capacitar 06 (seis) municípios no Estado do Amapá para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- b) Elaborar a Minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em 06 (seis) municípios, bem como as Minutas das respectivas Leis Municipais que condicionaram a sua validação e implementação, sob as condições específicas de cada município.
- c) Mobilizar e sensibilizar os gestores e técnicos municipais para importância e a necessidade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).
- d) Prestar assistência técnica especializada presencial e remota visando à elaboração dos Planos municipais de saneamento básico nos municípios selecionados no estado do Amapá com população inferior a 50.000 habitantes.

2 - UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora

2.1 – UG/Gestão repassadora:

Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA

UG: 255000 **Gestão:** 36211 **CNPJ:** 26.989.350/0001-16

Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70.070-040

Nome do responsável: Rodrigo Sérgio Dias **CPF:** 225.510.368-01

RG/Órgão expedidor: 39561246-9 SSP/SP **Cargo/Função:** Presidente

Portaria de nomeação nº 404 de 24 de abril de 2017 – Casa Civil da Presidência da República. Publicada no DOU – Edição extra nº 77-A, seção 2, datada de 24 de abril de 2017.

2.2 – UG/Gestão Recebedora

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

UG: 1542015 **Gestão:** 15278 **CNPJ:** 34.868.257/0001-85

Endereço: Rod. Juscelino Kubitschek, Km 02 - Campus Marco Zero do Equador, Macapá- AP.

CEP: 68.902-280 .

Nome do responsável: Eliane Superti **CPF:** 137.230.588-25

RG/Órgão expedidor: 476.373-AP **Cargo/Função:** Reitora

Ato ou decreto de nomeação / data: Decreto de nomeação de 15 de setembro de 2014, Publicado na seção 2, pagina 1, /DOU Nº. 178 de 16/09/2014.

3. Seleção dos Municípios:

3.1- Instrumento Legal

Os municípios, com população até 50.000 habitantes, que manifestarem interesse de acordo com o chamamento público realizado por meio de Portaria de convocação dos municípios a ser realizada pela SUEST/AP, para as etapas previstas neste Termo de Execução Descentralizada – TED e passarão a figurar como Intervenientes no presente instrumento, por meio de Termo Aditivo, a ser assinado entre as gestões Repassadora, Receptora e os municípios selecionados.

4- Justificativa:

4.1- Motivação/ Clientela

A Lei nº 11.445, sancionada em 5 de janeiro de 2007, define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais. Com relação à prestação de serviços de saneamento básico, a Lei trouxe uma nova disciplina, exigindo, tanto do titular quanto do prestador de serviços, novas atribuições, direitos e obrigações, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento (PMSB), a regulação e fiscalização dos serviços.

O Estado do Amapá possui 16 municípios. Entretanto, a grande maioria ou 87% são municípios com população menor que 50 mil habitantes. Com baixa renda per capita apresentam estrutura de saneamento básico deficiente e, até mesmo ausente, em alguns casos sendo totalmente dependentes de investimentos do governo federal ou estadual para realização de ações e projetos deste setor.

As leis de diretrizes gerais para o saneamento Lei nº11. 445/07 e a Lei 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) trouxeram um novo contexto e exigência para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Para melhorar a atual situação dos serviços prestados na área de saneamento básico no Estado do Amapá, entende-se ser imprescindível as parcerias entre os diversos setores (público, privado e sociedade civil) e os órgãos competentes, seja federal, estadual ou municipal, no sentido de estruturar um planejamento estratégico que consista em um novo marco regulatório do setor. O objetivo final é garantir uma melhor eficiência da aplicação dos recursos públicos.

O Termo de Execução Descentralizada (TED) visa garantir aos municípios com menos de 50.000 habitantes o domínio de ferramentas de planejamento, no âmbito do novo arcabouço legal existente no país. Esse investimento potencializará o processo de gestão, melhorando a qualidade dos serviços ofertados, bem como a promoção da saúde e sustentabilidade.

Nesse contexto a FUNASA possibilitará, por meio desta cooperação técnica com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o desenvolvimento de oficinas de capacitação para técnicos atuantes na área de saneamento básico do município com vistas à elaboração da Minuta do PMSB. Os objetivos das oficinas terão como principais diretrizes a melhoria da oferta

de serviços, a estruturação da gestão, o estímulo à sustentabilidade dos serviços locais de saneamento e, por conseguinte a melhoria da qualidade de vida da população.

O presente termo possui duas metas objetivas:

- a) Capacitar seis (06) municípios em Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);
- b) Apoiar tecnicamente seis (06) municípios na elaboração da Minuta do PMSB.

Portanto, este Termo de Execução Descentralizada (TED) ampliará as perspectivas do setor de saneamento no Estado do Amapá, trazendo o tema para o debate público, envolvendo representações que variam desde a sociedade organizada até instituições de ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma nova perspectiva ao desenvolvimento de políticas públicas na área. A consequência direta é o planejamento e a racionalização dos investimentos públicos, sejam estes de recursos próprios dos detentores da obrigação de organização do setor ou de investimentos de outros entes da federação.



5. Cronograma físico:

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Previsão de Execução	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1.	Formação dos Comitês de Coordenação e Executivo					
	1.1	Oficina de qualificação e nivelamento da equipe que atuará no projeto	UN	1	Mai/2018	Jun/2018
	1.2	Reunião Geral da Equipe com os Prefeitos e FUNASA	UN	1	Mai/2018	Jun/2018
	1.3	Evento de formação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Reunião Ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto e Ato Público de formação dos Comitês de Coordenação e Executivo.	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
	1.4	Capacitação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Treinamento em serviço dos representantes do Poder Público Municipal sobre Política e Plano Municipal de Saneamento Básico	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
2	Plano de Mobilização Social					
	2.1	Realizar reunião ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
	2.2	Elaboração dos Plano de Mobilização Social	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
3	Diagnóstico Técnico Participativo					
	3.1	Levantamentos de dados primários de campo. Mapeamento socioambiental das condições do saneamento básico nos municípios, identificação de setores urbano e rural	UN	6	Jul/2018	Dez/2018
	3.2	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos Planos de Mobilização Social, com o objetivo de para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB nos 6 municípios.	UN	12	Jul/2018	Dez/2018
	3.3	Elaborar o Diagnóstico Técnico Participativo	UN	6	Jul/2018	Dez/2018
4	Prospectiva e planejamento estratégico					
	4.1	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social , com o objetivo de garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB em 6 municípios.	UN	12	Jan/2019	Mar/2019
	4.2	Elaborar relatório de Prospectiva e planejamento estratégico	UN	6	Jan/2019	Mar/2019

5	Programas, Projetos e Ações e Plano de Execução;					
	5.1	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos Planos de Mobilização Social, com o objetivo de garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB em 6 municípios.	UN	12	Abr/2019	Mai/2019
	5.2	Elaborar relatório de Programas – Projetos e Ações	UN	6	Abr/2019	Mai/2019
	5.3	Elaborar relatório de Plano de Execução	UN	6	Jun/2019	Jul/2019
6	Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico					
	6.1	Elaborar Relatório de Indicadores de Desempenho	UN	6	Jan/2019	Mai/2019
	6.2	Capacitação no mínimo 20 participantes dos 6 municípios no Sistema de Informações em saneamento básico (SIMISAB)	UN	6	Jan/2019	Mai/2019
7	Elaborar Relatório Final					
	7.1	Promover 1 evento em cada município de apresentação, discussão e homologação do Relatório Final do PMSB.	UN	6	Ago/2019	Out/2019
	7.2	Elaboração de minuta de Projeto de Lei que instituirá o PMSB	UN	6	Ago/2019	Out/2019

6 - Relação entre as Partes:

I - Compete a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

I.a) A Superintendência Estadual da FUNASA do Amapá:

- a) Realizar a convocação dos municípios que participarão do programa de capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);
- b) Estabelecer as prioridades técnicas e as diretrizes de execução dos recursos descentralizados, por meio do Grupo de Acompanhamento, juntamente com a parceira;
- c) Analisar material didático utilizado nas capacitações para verificação da compatibilidade com o Termo de Referência FUNASA/2012, bem como acompanhar e apoiar a execução das capacitações pela UNIFAP;
- d) Analisar e aprovar os produtos elaborados, conforme Termo de Referência da FUNASA/2012, e relatórios de execução física enviados pela parceira e emitir parecer sob o aspecto técnico quanto à execução física e alcance dos objetivos do presente Termo;
- e) Acompanhar e avaliar a execução do objeto deste Termo, por meio do Grupo de Acompanhamento, com responsável nomeado em Portaria específica, de acordo com a metodologia e cronograma definidos em parceria, informando a parceira quando forem detectadas ocorrências de eventuais desvios;

- f) Realizar por meio do Grupo de Acompanhamento encontros com a parceira para discussão dos critérios, cronograma e metodologia a ser adotada na execução do objeto do presente Termo;
- g) Prorrogar “de ofício” a vigência do Termo de Execução Descentralizada, obrigatoriamente, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação de recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

I.b) A Presidência da FUNASA:

- a) Registrar o Termo de Execução Descentralizada no SIAFI;
- b) Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários para a Entidade Receptora;
- c) Efetuar a transferência dos créditos / recursos orçamentários / financeiros previstos para a execução do objeto deste Termo, na forma e prazo pactuados;
- d) Providenciar a publicação do extrato do Termo de Execução Descentralizada no sítio eletrônico da Funasa;
- e) Prorrogar “de ofício” a vigência do Termo de Execução Descentralizada, obrigatoriamente, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação de recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- f) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Instrumento no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

II – Compete a Universidade Federal do Amapá:

- a) Executar o objeto deste Termo, observando os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos no Plano de Trabalho aprovado;
- b) Receber e movimentar os recursos financeiros relativos a este Termo, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exclusivamente e tempestivamente no cumprimento do objeto pactuado;
- c) Prestar assessoria técnica necessária à boa execução do Termo;
- d) Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Termo juntamente com a descentralizadora dos recursos;
- e) Fornecer dados, informações e orientações necessárias ao bom desenvolvimento e consecução deste Termo;
- f) Designar servidores responsáveis, por meio de portaria, para acompanhamento e coordenação da execução do objeto do TED;
- g) Facilitar a supervisão e fiscalização pela descentralizadora, permitindo-lhe o acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitadas as informações e documentos relacionados com a execução do objeto;
- h) Informar a descentralizadora quaisquer eventos que dificultem ou interrompam a execução do objeto deste Termo;
- i) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo;
- j) Selecionar equipe de apoio para promover a capacitação técnica de agentes representantes dos 06 municípios do Estado do Amapá com população inferior a 50.000 habitantes e apoio técnico na elaboração da Minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico de 06 municípios, conforme perfil profissional aprovado no Plano de Trabalho anexo a este Termo;

- k) Garantir todos os materiais didáticos e estruturais necessários previstos no Plano de Trabalho anexo a este Termo;
- l) Participar das reuniões de planejamento e avaliação;
- m) Disponibilizar local específico para organização da sala gerenciadora do trabalho a ser desenvolvido pela coordenação técnica;
- ✕ n) Apresentar relatórios mensais a Funasa/Suest/AP, conforme previsto no Termo de Referência da FUNASA/2012, contendo descrição das ações desenvolvidas e execução financeira realizada;
- o) Prestar contas dos recursos descentralizados no âmbito do presente Termo de Execução Descentralizada à Unidade descentralizadora e também aos órgãos de controle interno e externo, em sua prestação de contas anual;
- p) Restituir, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Execução Descentralizada, os saldos dos créditos orçamentários e financeiros descentralizados e porventura não empenhados nos respectivos exercícios; em até 60 dias, e
- q) Concluir o objeto do presente Termo nos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho, permitida a prorrogação desse prazo mediante termo aditivo entre os partícipes, desde que devidamente justificada.

III – Da adesão dos municípios beneficiários:

Após a efetivação da seleção dos municípios, os mesmos serão incluídos ao Termo de Execução Descentralizada, por meio de Termo Aditivo, estabelecendo a interveniência dos mesmos e suas respectivas obrigações. Para serem beneficiados com a execução do objeto pactuado no presente instrumento, os municípios deverão assumir as seguintes obrigações:

- a) Assinar Termo Aditivo com vista à participação na capacitação e elaboração da minuta do PMSB de forma a disciplinar a consecução do objeto e as relações e obrigações das partes;
- b) Indicar técnicos municipais, conforme os critérios a serem definidos pela repassadora e recebedora deste Termo com a finalidade de elaborar com apoio técnico e material da Unifap a Minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico em consonância com o Termo de Referência da Funasa/2012 e Portaria de Seleção de Municípios a ser publicada pela SUEST/AP;
- c) Apresentar a minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como a minuta da Lei Municipal que condiciona a sua validação e implementação, sob as condições específicas de cada município;
- d) Encaminhar o PMSB para aprovação;
- e) Fornecer logística necessária para a mobilização social, incluindo a disponibilização de espaço para reuniões e divulgação de eventos em meios de comunicações, permitindo assim, à elaboração de minuta do PMSB pela GESTÃO RECEBEDORA;
- f) Manifestar concordância imediata com a exclusão de municípios intervenientes, seja por conclusão do objetivo do presente TED, com a aprovação do respectivo PMSB, seja pelo inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas;
- g) Manifestar concordância imediata com a possibilidade de que futuras alterações que não venham a impactar diretamente a execução das obrigações próprias contidas nesta cláusula e inciso possam ser realizadas por meio de Apostilamento assinado exclusivamente pela FUNASA ou Termo Aditivo assinado entre a FUNASA e GESTÃO RECEBEDORA, desde que seja dada ciência dos atos aos partícipes;

- h) Em caso de desistência, realizar comunicação prévia à FUNASA e expor os motivos da desistência, quando o não cumprimento das obrigações que lhe foram impostas ou a desistência inviabilizar a continuidade da execução da sua capacitação, o município deverá ressarcir os custos, se for o caso, em até 90 dias.

7-Prestação de contas das atividades.

A Prestação de Contas Final do Presente Termo de Execução Descentralizada será formalizada ao término do objeto, devendo ser encaminhada, à unidade descentralizadora no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência deste Instrumento, os seguintes documentos:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto, conforme anexo IV, indicando, relação de material produzido, relação de capacitados, relação de minutas de PMSB's elaboradas e relação de serviços prestados;
- b) Relatório físico-financeiro, conforme anexo III;
- c) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- d) Relação de Pagamentos, conforme anexo VII;
- e) Relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos;
- f) Razão da Conta.

Sem prejuízo dos documentos anteriormente listados, a Unidade repassadora poderá solicitar, à Unidade recebedora, outros documentos que considerar pertinentes à análise físico e financeira dos recursos descentralizados.

No caso de saldos remanescentes, a unidade recebedora deverá realizar a devolução em até 60 dias.

8. Previsão Orçamentária

Programa de trabalho / Projeto / Atividade	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$ 1,00)
10.512.2068.20AG.0001	151	33.90.39	1.884.075,00
TOTAL			1.884.075,00

9. Cronograma de Desembolso:

O desembolso dos recursos será realizado conforme plano apresentado a seguir:

Número da Parcela Liberada (R\$)	Execução Física Unifap	Data prevista	%	Acompanhamento NICT	Valor em R\$
1ª	Pactuação/Início da Execução	Abr/2018	30	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED	565.222,50
2ª	Produtos A, B e J dos 6 Municípios	Set/2018	30	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos A, B e J dos 6 municípios	565.222,50
3ª	Produtos C e J dos 6 Municípios	Dez/2018	20	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos C e J dos 6 municípios	376.815,00
4ª	Produtos D e E e J dos 6 Municípios	Jun/2019	20	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos D e E e J dos 6 municípios	376.815,00
TOTAL					R\$ 1.884.075,00

10 - Da propriedade:

Todos os resultados técnicos e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos decorrente da execução do objeto do presente Termo, serão atribuídos à Funasa, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal da mesma.

Os bens remanescentes adquiridos por força deste instrumento, após a consecução do objeto, serão de propriedade da Unidade recebedora, devendo os mesmos serem utilizados em projetos de pesquisa.

11 – Das alterações, vigência e prorrogação:

O presente projeto vigorará por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado, previamente acordado entre os partícipes.

As alterações poderão abranger aditivos de prazos, valores, metas e resultados, mantendo-se inalterado o objeto da avença.

O pedido de alteração do presente Termo deverá ser requerido formalmente à outra parte, com as devidas justificativas, até 30 (trinta) dias da data do término do prazo de vigência delimitado.

No caso de atraso na liberação do recurso por motivos atribuídos à unidade descentralizadora dos recursos, o prazo de vigência deste Instrumento será prorrogado "de ofício", antes de seu término, limitado ao exato período de atraso verificado.

12 - Da denúncia e da rescisão

O presente Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

13- Da publicação:

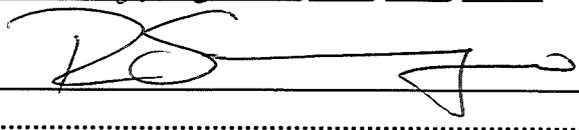
Este Termo de Execução Descentralizada será disponibilizado no sítio eletrônico da Funasa na internet, o que será providenciado pela unidade descentralizadora, nos termos da orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal, conforme mensagem SIAFI nº. 2012/1881011, de 05/12/2012.

14 - Do foro:

As controvérsias oriundas do presente Termo de Execução Descentralizada, que não forem resolvidas entre os partícipes, serão submetidas à câmara de conciliação e arbitragem da Advocacia Geral da União, nos termos do Decreto nº 7.392/2010 e da Portaria AGU nº 1.128/2007 e com a participação da Advocacia-Geral da União, conforme art.11, da MP nº 2180-35/2001.

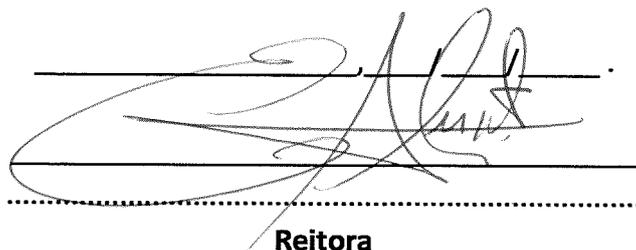
15 - Data e Assinaturas:

Brasília 24/05/2018



Presidente

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA



Reitora

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

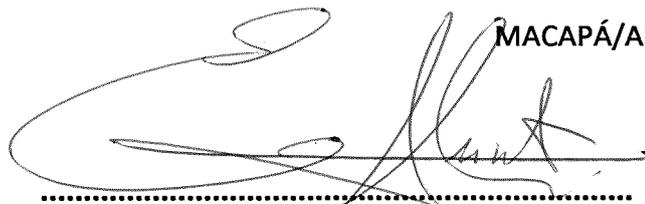
ANEXO I

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos Orçamentos da União na forma deste Plano de Trabalho.



MACAPÁ/AP, 17 de abril de 2018.

Reitora

Universidade Federal do Amapá. – Unifap

APROVAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADORA

Brasília, 24 de maio de 2018



Presidente

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

ANEXO II
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Nº 06 12018

PLANO DE TRABALHO

1. UG/GESTÃO-REPASSADORA E UG/GESTÃO-RECEBEDORA

UNIDADE DESCENTRALIZADORA Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA		CNPJ: 26.989.350/0001-16	
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF			
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.308-200	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Descentralizadora: 255000/36211	Nome do Responsável: Rodrigo Sergio Dias		CPF: 225.510.368-01
CI/Órgão Expedidor: 39561246-9 SSP/SP		Cargo/Função: Presidente	
E-mail funcional:		DDD/Telefone:	
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70-070-040		CEP: 70.308-200	

UNIDADE RECEBEDORA DOS RECURSOS Universidade Federal do Amapá –Unifap		CNPJ: 34.868.257/0001-85.	
Endereço: Rod. Juscelino Kubitscheck, Km 02 - Campus Marco zero do equador, Macapá- AP.			
Cidade: .Macapá.	UF: AP.	CEP: 68.902-280	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Recebedora: 1542015/15278	Nome do Responsável: Eliane Superti.		CPF: 137.230.588-25
CI/Órgão Expedidor: 476.373-AP		Cargo/Função: Reitor	
E-mail funcional: reitoria@unifap.br		DDD/Telefone: (96) 3312-1706	
Endereço: Av. Luiza Damasceno Soares, 266 CEP: 68903-365 Loteamento Teleamapá		CEP: 68903-365	

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 TÍTULO DO PROJETO:

Capacitação Técnica e Elaboração da Minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos 06 (seis) municípios selecionados do estado do Amapá, conforme Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Funasa/2012.

2.2 OBJETO:

Capacitar os 06 (seis) municípios selecionados do estado do Amapá para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);

Elaborar a minuta do plano municipal de saneamento básico (PMSB) dos 06 (seis) municípios, bem como as minutas das respectivas leis municipais que condicionaram a sua validação e implementação, sob as condições específicas de cada município.

Mobilizar e sensibilizar os gestores e técnicos municipais para importância e a necessidade das elaborações do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB.

Prestar assistência técnica especializada presencial e remota visando a elaboração dos planos municipais de saneamento básicos nos municípios selecionados no Estado do Amapá com a população inferior a 50.000 habitantes.

3. JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Amapá atua no Estado há mais de 28 anos. Atualmente é constituída pelos seguintes Departamentos: Ciências Biológicas e da Saúde – DCBS; Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias – DCET, Departamento de Educação a Distância – DEAD, Departamento de Educação – DED, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH; Departamento de Letras e Artes – DEPLA e Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento – DMAD.

Estas são as unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, cujo caráter é inter, multi e transdisciplinar em diversas áreas do conhecimento. Destacam-se os colegiados relevantes para a execução da presente proposta: a) Ciências Ambientais; b) Engenharia Civil; c) Ciência da Computação; d) Ciências da Saúde e e) Engenharia Elétrica. Os departamentos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes (graduação e pós-graduação – mestrado e doutorado) que nele exercem suas atividades. Cada um dos departamentos citados atua em funções relacionadas aos seus respectivos campos do saber e compactuam entre si os três principais componentes acadêmicos: ensino, pesquisa e extensão. Nestes departamentos há profissionais com experiência no planejamento, elaboração e execução de projetos que contemplam as áreas das ciências ambientais, ciências da saúde, engenharias, civil, sanitária e elétrica, ciência da computação, geografia, geociências e geotecnologias, ciências sociais, pedagogia e educação, etc, em várias regiões do estado do Amapá.

A UNIFAP conta ainda com 63 laboratórios onde são realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas de conhecimento e dentre os principais encontram-se aqueles vinculados às Ciências Ambientais, Ciências Biológicas e da Saúde, bem como as Ciências Exatas e Tecnológicas, incluindo-se as Engenharias. No presente contexto, destacam-se os

laboratórios de Química, Saneamento e Modelagem de Sistemas Ambientais (LQSMSA) e Laboratório de Geoprocessamento (LabGeo) do Curso de Ciências Ambientais. Ambos servirão de suporte principal aos trabalhos de campo em todas as etapas descritas na presente proposta, incluindo-se o planejamento, a capacitação, a logística, o diagnóstico e o prognóstico dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios contemplados.

A UNIFAP possui ampla infraestrutura para realização do ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da informática apresenta 20 laboratórios com 430 computadores, permitindo acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Destes, 05 laboratórios de informática com 92 computadores são para uso exclusivo da Pós-Graduação, a qual terá um papel relevante no presente projeto. Nas dependências da universidade também é possível acesso à internet sem fio que permite utilizar a rede com os próprios equipamentos, tanto em sala de aula quanto nos espaços de pesquisa da Instituição.

O acervo da biblioteca alcança mais de 85 mil exemplares nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística Letras e Artes e Multidisciplinar, como Ciências Ambientais.

O Curso de Ciências Ambientais, desde 2009, através de seus membros pesquisadores e técnicos, vem atuando na área de Saneamento Ambiental em vários municípios do Estado do Amapá. Alguns desses estudos e projetos têm sido relevantes, com considerável impacto científico realizados pela equipe nuclear desta proposta (Laboratório de Química, Saneamento e Modelagem de Sistemas Ambientais - LQSMSA/UNIFAP). Alguns destes resultados têm sido publicados em periódicos de elevado nível nacional e internacional, destacando-se trabalhos científicos que tratam tanto da componente sanitária “água de consumo humano (qualidade de água)”, bem como “estudos hidrológicos”, “hidrodinâmicos”, “dispersão de poluentes”, “caracterização de sistemas de esgoto sanitários”, “avaliação de sistema de drenagem urbana”, “águas subterrâneas”, resíduos sólidos e até potencial aproveitamento energético do metano a partir de “estudos das emissões de CO₂ e CH₄ de aterro sanitário urbano” sendo, neste último caso, análises energéticas alternativas devido à relativamente elevada concentração de matéria orgânica contida nos resíduos urbanos municipais, o que se constitui em um problema significativo a ser resolvido.

O perfil multidisciplinar dos pesquisadores e técnicos envolvidos na presente proposta demonstra a qualificação técnica necessária para sua plena execução, conforme indicado no cronograma físico. O perfil acadêmico da equipe técnica é constituído por engenheiro civil, sanitário, químico, elétrico, ciências da engenharia ambiental, além de cientistas e pesquisadores ambientais, cientistas sociais (foco em sustentabilidade e análise de risco), educadores e pedagogos, geógrafos, químicos, físicos, economistas, bacharel em direito, ciência da computação e tecnologia da informação, geociências e geotecnologias, saúde pública, biólogos, etc).

A UNIFAP ainda não dispõe do apoio de uma Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino credenciada pelo MEC. E, por este motivo, necessitará do auxílio de uma Fundação externa credenciada pelo Ministério da Educação (MEC).

Uma fundação disponível é A Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE-AC. É uma Instituição Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Campus Universitário, na Cidade de Rio Branco-AC, com a finalidade de estimular e promover o desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e Extensão Universitária. A FUNDAPE-AC foi criada em junho de 1998 por um grupo de professores da UFAC. Instituída como Fundação sem fins lucrativos, seus objetivos são coordenar e executar projetos de interesse comunitário nas diversas áreas, além de prestar serviços de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da Universidade Federal do Acre e de outras Instituições de Ensino Superior, facilitando assim o intercâmbio entre as IFES o Governo e as Empresas Privadas. Uma das finalidades mais relevantes tem sido a de apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, ofertando produtos e serviços à comunidade, visando promover os objetivos estabelecidos nos programas desenvolvidos.

Princípios do Saneamento Básico

As leis de diretrizes gerais para o saneamento Lei nº 11.445/07 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), Lei nº 12.305/08 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto nº 8.211/14 (altera prazos para elaboração dos Planos Municipais de saneamento básico (PMSB) e instituição do Controle Social) e a Lei 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) trouxeram um novo cenário e exigência para elaboração dos Planos Municipais de saneamento básico (PMSB).

O Saneamento básico é o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana e gestão de águas pluviais, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural. Em linhas gerais, a Lei nº 11.445/07, sancionada em 5 de janeiro de 2007, trouxe nova disciplina para a prestação de serviços de saneamento básico, exigindo, tanto do titular quanto do prestador de serviços, novas atribuições, direitos e obrigações, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento - PMSB, a regulação e fiscalização dos serviços.

Situação do Saneamento Básico no Estado do Amapá e Municípios Contemplados

No início de 2017, o site do Trata Brasil havia confirmado alguns dos indicadores sobre o saneamento básico em todo o país e revelou que, naquele período, Macapá era considerada a 3ª pior cidade no quesito saneamento básico. De acordo com o referido *ranking*, a cidade de Macapá foi um dos municípios que declararam que apenas 5,54% da população possui acesso aos serviços de coleta de esgotos. Contudo, este percentual não tem sido verificado em algumas pesquisas locais preliminares sobre o setor. Macapá, a capital amapaense, ficou ranqueada como a 3ª pior cidade em saneamento do país (98ª colocada), ficando à frente apenas dos municípios de Porto Velho (RO) (99ª lugar) e Ananindeua (PA) (na 100ª posição). Nesses municípios, todos os indicadores são ruins, tanto no quesito coleta e tratamento de esgotos, quanto nas perdas de água. Por outro lado, em relação aos demais municípios do Estado do Amapá, a situação atual é ainda potencialmente mais precária.

O Estado do Amapá possui 16 municípios, entretanto a grande maioria (87% destes) apresenta população menor que 50 mil habitantes. Além disso, a população em geral detém uma baixa renda per capita mensal domiciliar, em média, de R\$ 936,00 (IBGE, 2015), Índice de

Desenvolvimento humano (IDH) de 0,708 (IBGE, 2010). Estes municípios também apresentam histórico de estruturas de saneamento básico deficientes e até mesmo ausentes em alguns casos, sendo totalmente dependente de investimentos do governo federal ou estadual para realização de ações e projetos de saneamento básico. Em relação à componente água de consumo humano o Estado do Amapá atende apenas 35,86% dos munícipes, sendo 38,46% nas áreas urbanas. Em relação ao esgotamento sanitário o total é irrisório, com cerca de 5,86% do total, sendo na área urbana um pouco maior, de 6,36%. Por outro lado, o alcance de coleta de esgoto é de 12,91%, incluindo-se os caminhões denominados “limpa fossa”. Contudo, exceto os municípios de Macapá e Santana, em geral, a componente esgoto sanitário nos demais municípios do Estado não apresentam sequer dados oficiais disponíveis no Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS (2016).

Dentre os 16 municípios do Estado do Amapá, 6 são contemplados no presente Termo de Referência: **1) Amapá** (população de 8.069 hab, densidade 0,88 hab/km², renda mensal de 1,8 salários mínimos, IDH de 0,642, PIB per capita de R\$ 15.535,58; **2) Cutias** (população de 4.696 hab, densidade 2,22 hab/km², renda mensal de 1,3 salários mínimos, IDH de 0,628, PIB per capita de R\$ 11.887,30; **3) Itaubal** (população de 4.265 hab, densidade 2,50 hab/km², renda mensal de 1,8 salários mínimos, IDH de 0,576, PIB per capita de R\$ 10.338,16; **4) Laranjal do Jari** (população de 39.942 hab, densidade 1,29 hab/km², renda mensal de 2,1 salários mínimos, IDH de 0,665, PIB per capita de R\$ 12.246,38; **5) Mazagão** (população de 17.032 hab, densidade 1,3 hab/km², renda mensal de 2,0 salários mínimos, IDH de 0,592, PIB per capita de R\$ 10.280,72 e **6) Vitória do Jari** (população de 12.428 hab, densidade 5,01 hab/km², renda mensal de 2,2 salários mínimos, IDH de 0,619, PIB per capita de R\$ 10.237,09 (IBGE, 2015).

Com base nos indicadores observados anteriormente, as condições de saneamento básico do Estado do Amapá, em geral, são precaríssimas e refletem uma das mais deficitárias e carentes situações do país. Portanto, os 6 municípios contemplados nesta presente proposta encontram-se em situações sanitárias alarmantes e necessitam de apoio técnico para reverterem esse quadro. Em relação às componentes água de consumo humano e esgotamento sanitário, não constam sequer dados ou informações oficiais (SNIS) sobre águas pluviais e sistemas de drenagem para os municípios (informações ausentes), nem sobre resíduos sólidos (ausentes). A única exceção dentre os seis municípios contemplados foi o município de Vitória da Jari, disponibilizando no SNIS dados como: a) taxa de cobertura total de resíduos sólidos de 82,90%, taxa de cobertura urbana de 98,61%, com massa coletada per capita de 0,21 kg por habitante dia. Os cinco outros municípios não têm disponibilizado ou preenchido seus dados no SNIS.

Entretanto, dependendo da fonte de informação, como o levantamento do Sistema Trata Brasil (2016), no estado do Amapá, o índice de atendimento total de água é de 34,01%, já o de coleta de esgoto é de 3,79%, o de tratamento de esgoto é de 13,21% e as perdas de água de 74,82%. A mesma análise revela sobre as doenças que são causadas pela falta de saneamento básico, como a leptospirose, que atingiu 1,3 pessoas de 100 mil habitantes e amebíase com 0,74 de 100 mil habitantes.

Os principais investimentos em saneamento básico realizados nos 16 municípios do Amapá são oriundos de cooperações financeiras firmadas entre a CAESA, Funasa e os respectivos entes, possibilitando as sedes municipais terem pelo menos alguma cobertura na oferta de água. Apesar disso, o índice de investimento no estado é de 0,06% em água e esgoto, conforme SNIS

2013. Destacam-se ainda que o Amapá apresentou uma queda desses investimentos da ordem de -100% (negativa) entre 2015 e 2016 no quesito água e esgoto (0,02% em 2015 e 0,0% em 2016, totalizando um valor de aproximadamente R\$ 20 mi entre 2014 a 2016). Em resumo, Amapá, Rondônia, Piauí e Acre somam apenas 1,1% do total de investimento no setor em relação ao restante do Brasil (SNIS, 2016), situação está extremamente deficitária, mesmo para os baixos padrões brasileiros, os quais vêm acumulando indicadores consistentemente negativos nesta área.

Assim, o reduzidíssimo nível de investimento em água e esgotamento sanitário no estado do Amapá reflete um histórico de baixo nível qualitativo e quantitativo na oferta de serviços para a população, o qual também tem sido afetado pelo frequente e grave problema de gestão. Entretanto, a Funasa tem investido neste setor, de modo que objetiva o seu fortalecimento, efetividade e o controle social mais efetivo dos serviços prestados. Mas estes problemas do *decifit* de investimentos afetam os sistemas implantados, com frequente descontinuidade e elevada precariedade no processo de manutenção de redes, por exemplo. Isto ocorre em grande parte pela ausência de sustentabilidade econômica dos serviços e/ou por falta de regulamentação, recursos técnicos ou financeiros.

Em relação às principais intervenções na componente drenagem e gestão de águas pluviais, também são oriundas de cooperação financeira entre os municípios e a Funasa. Recentemente o Ministério das Cidades tem financiado o desenvolvimento de ações pontuais em alguns municípios. As ações de drenagem são importantes no Amapá em virtude do alto índice de transmissão da dengue, malária e até hepatite e leptospirose, principalmente nos municípios que compõem as regiões endêmicas do interior do Estado do Amapá.

Em relação aos serviços de manejo de resíduos sólidos são desenvolvidos pelos gestores municipais, com exceção de Macapá, consistindo em ações precárias que coexistem com a falta de regulamentação dos serviços e da gestão. Municípios como Mazagão e Santana utilizam-se do Aterro Controlado de Macapá devido às dificuldades econômico-financeiras para implementá-los em seus próprios municípios. Assim, os serviços de coleta de resíduos sólidos na maioria dos municípios do Amapá não são sistematizados, sendo os "lixões" o principal destino destes resíduos.

Para reverter este quadro e melhorar a atual situação dos serviços prestados na área de saneamento básico no Estado do Amapá, é imprescindível as parcerias entre os diversos setores (público, privado e sociedade civil) e os órgãos competentes, sejam federal, estadual ou municipal, no sentido de estruturar um planejamento estratégico que consista em um novo marco regulatório do setor em municípios extremamente carentes. Estas parcerias têm como objetivo garantir uma melhor eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Este Termo de Execução Descentralizada (TED) visa também garantir aos municípios com menos de 50.000 habitantes o domínio de ferramentas de planejamento, no âmbito do novo arcabouço legal existente no país (Lei 11.455/2007). O referido investimento potencializará o processo de gestão, melhorando a qualidade dos serviços ofertados, bem como potencializará a promoção da saúde e uma maior sustentabilidade socioambiental do setor de saneamento básico.

Nesse contexto, a FUNASA possibilitará por meio desta cooperação técnica com a UNIFAP, desenvolver oficinas de capacitação para técnicos atuantes na área de saneamento básico do município com vistas à elaboração da Minuta do PMSB. Os objetivos das oficinas terão como principais diretrizes a melhoria da oferta de serviços, a estruturação da gestão, o estímulo à sustentabilidade dos serviços locais de saneamento e, por conseguinte a melhoria da qualidade de vida da população.

O presente termo possui duas metas objetivas:

- a) Capacitar 06 municípios em Plano Municipal de Saneamento Básico;
- b) Apoiar tecnicamente 06 municípios na elaboração da minuta do PMSB.

Este Termo de Execução Descentralizada possibilitará também ampliar as perspectivas do setor de saneamento no Estado do Amapá de modo geral, trazendo o tema para o debate público, envolvendo representações que vão desde a sociedade organizada até instituições de ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma nova perspectiva ao desenvolvimento de políticas públicas na área. Neste caso, há uma consequência direta concernente ao planejamento e à racionalização dos investimentos públicos, sejam estes de recursos próprios dos detentores da obrigação de organização do setor ou de investimentos de outros entes da federação.

Ademais, no Termo de Execução Descentralizada (TED) proposto, não interfere na competência legal do gestor municipal quanto à sua responsabilidade infralegal de formular o planejamento dos quatro setores de saneamento. A UNIFAP disponibilizará os recursos técnicos necessários à elaboração da minuta dos PMSB para os seis (6) municípios contemplados, que serão elaborados pelos servidores participantes do processo de capacitação no âmbito deste Termo de Execução Descentralizada. Outro objetivo expresso neste Termo de Execução Descentralizada é fortalecer, no âmbito da gestão pública dos 6 municípios e por meio de capacitação técnica, ferramentas de planejamento, para promover a otimizar as intervenções no setor de saneamento em ações coordenadas e programadas, evitando o desperdício de investimentos públicos.

O desenvolvimento integrado do PMSB resultará na elaboração de um documento técnico-político e de gestão que permitirá a formulação de políticas estruturantes para o setor, evitando-se as discontinuidades causadas pela mudança de gestor nas ações de saneamento. Assim, o plano constitui-se em um documento público elaborado com ampla participação social, envolvendo todos os segmentos: munícipes, gestores, prestadores de serviço e instâncias de controle social.

Essa metodologia de produção coletiva e integrada, não descarta o caráter técnico do plano, mas garante que este não seja apenas um documento técnico, mas um instrumento político-social que fundamente as ações do Estado brasileiro em garantir investimentos que preservem a saúde e qualidade de vida da população.

4. RESULTADOS ESPERADOS (OBRIGATÓRIOS E ADICIONAIS)

Capacitação de técnicos e o apoio técnico/material necessários à elaboração da Minuta do PMSB de 06 municípios do Estado do Amapá, a serem selecionados através de Portaria publicada no DOU.

Possibilitar a organização do setor de saneamento, oportunizando sua efetiva regulamentação, definindo atribuições, responsabilidades e principalmente a participação social no processo de gestão do sistema.

Empoderar nossos administradores municipais da necessidade de planejamento das ações de saneamento, demonstrando que o planejamento é fundamental e imprescindível ao desenvolvimento de políticas públicas.

Desenvolver a ferramenta do Planejamento na área do Saneamento Básico e ambiental em todos os municípios selecionados.

5. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

As reuniões serão dirigidas aos técnicos dos 06 municípios do interior do Estado do Amapá, sendo realizadas em cada município com população inferior a 50.000 habitantes. São previstas, vagas destinadas aos municípios selecionados a gestores e técnicos, às instituições de ensino, conselhos de classes, servidores da Funasa e prestadores de serviço.

Os critérios de priorização dos participantes serão estabelecidos na Portaria de Seleção dos Municípios a ser publicada pela Funasa/Suest/AP.

6. AÇÕES

As ações a serem desenvolvidas, pelo Termo de Execução Descentralizada, constituirão em dois momentos que se complementam:

1) O primeiro momento consiste na realização de reunião, onde os técnicos municipais terão acesso às informações e estratégias para elaboração dos produtos exigidos no Termo de Referência versão 2012 da Funasa e na elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento (PMSB).

2) O segundo momento consiste na efetivação prática, dos conhecimentos adquiridos durante as reuniões, onde os técnicos municipais capacitados elaborarão os produtos necessários à confecção dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com apoio técnico e material da UNIFAP.

Os levantamentos técnicos à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, necessários à definição das políticas públicas de planejamento dos quatro eixos do saneamento, serão desenvolvidos no decorrer da vigência do Termo de Execução Descentralizada proposto.

Os produtos elaborados, pelos municípios, com apoio técnico e material da UNIFAP, serão encaminhados à Funasa para validação do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT), que

procederá análise e sua consequente aprovação. Os produtos elaborados deverão ser encaminhados à Funasa conforme tabela abaixo:

Produto	Tempo de execução do produto pela Unifap (PERÍODOS)	Tempo máximo para emissão de parecer técnico do NICT (DIAS)
A - Cópia do ato público de nomeação dos comitês de coordenação e executivo dos 6 municípios	MAI/2018 a JUN/2018	15 DIAS
B - Plano de Mobilização Social - para 6 municípios	MAIO/2018 A JUN/2018	15 DIAS
C - Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo - para 6 municípios	JUL/2018 A DEZ/2018	30 DIAS
D - Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico - para 6 municípios	JAN/2019 A MAR/2019	30 DIAS
E - Relatório dos Programas, Projetos e Ações -- para 6 municípios.	ABR/2019 A MAI/2019	30 DIAS
F - Plano de Execução- para 40municípios	JUN/2019 A JUL/2019	30 DIAS
H - Relatório sobre os indicadores de desempenho do PMSB - para 6 municípios	JAN/2019 A MAI/2019	15 DIAS
I - Sistema de Informações para auxílio à tomada de decisões (capacitação SIMISAB)	JAN/2019 A MAI/2019	15 DIAS
J - Minuta de projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico - para 6 municípios	AGO/2019 A OUT/2019	30 DIAS
K - Relatório Final	AGO/2019 A OUT/2019	30 DIAS

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) disponibilizará ao Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica (NICT) relatórios mensais das ações realizadas e da execução físico-financeira no âmbito do presente Termo, para fins de acompanhamento pela Concedente, devendo ser produzidos no mínimo 18 relatórios que deverão ser encaminhados até o dia 10 (dez) do mês subsequente às ações realizadas.

7. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

O conteúdo programático das capacitações e reuniões abrangerá os aspectos legais da Política de Saneamento vigente, metodologias de planejamento estratégico, comunicação e mobilização social, elaboração, aprovação, implantação e revisão do Plano.

As reuniões terão como alicerce na formulação do seu planejamento o Termo de Referência para elaboração o PMSB, da Funasa – versão 2012. Na abordagem sobre a elaboração do PMSB, deverão ser detalhados os seguintes conteúdos:

- Formação dos grupos de trabalho – Comitês de Coordenação e Comitês Executivos;
- Mobilização social;
- Sistema de informação para auxílio à tomada de decisão – SIMISAB: o SIMISAB é um sistema de informações desenvolvido pelo Ministério das Cidades para os municípios. Portanto, as capacitações deverão ser também para a utilização desse sistema;

- Diagnóstico técnico-participativo dos quatro setores do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem (e gestão de águas pluviais);
- Prospectiva e planejamento estratégico para o setor de saneamento no município;
- Programas, projetos e ações para o alcance do cenário de referência;
- Plano de execução; e
- Indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Os encontros de planejamento definirão os demais itens do conteúdo programático, tendo o programa um caráter elaborativo no decorrer do processo, conforme as necessidades elencadas pelos participantes e diagnosticadas pelas equipes de campo.

8. METODOLOGIA

A metodologia de desenvolvimento das ações previstas no Termo de Execução Descentralizada dar-se-á através de exposições dialogadas e atividades práticas.

A Reunião Preparatória terá carga horária de 40h, distribuída em dois módulos de 20 horas para capacitação dos técnicos da UNIFAP. Serão realizadas 6 reuniões, uma em cada município para capacitação dos gestores e técnicos municipais para formação dos comitês e elaboração dos produtos. Reuniões serão realizadas com a sociedade civil e população em geral para auxiliar nas fases de elaboração do PMSB. E cada município terá a realização de 3 eventos setoriais e uma conferência, sendo adotado no mínimo 2 (dois) setores 1(um) na área urbana e 1(um) na área rural.

As datas específicas para realização das reuniões preparatórias serão definidas no primeiro encontro de planejamento entre a Funasa/Suest/AP e a UNIFAP, tendo como referência os meses previstos no Termo para realização das oficinas.

A carga horária de cada módulo estrutura-se conforme o quadro abaixo:

MÓDULO	TEMA	CARGA HORÁRIA
1	Os instrumentos legais do saneamento no Brasil; Formação dos grupos de trabalho – Comitê de Coordenação e Comitê Executivo; Mobilização Social; Sistema de informação para auxílio à tomada de decisões; Diagnóstico técnico-participativo dos quatro setores de saneamento; e Indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento (PMSB)*	20
2	Prospectiva e planejamento estratégico para o setor de saneamento no município; Programas, projetos e ações para alcance do cenário de referência Plano de execução; Indicadores de desempenho do plano Municipal de Saneamento Básico.	20

*Os indicadores de desempenho perpassam toda a formulação do plano, sendo trabalhados especificamente no último módulo.

Formação dos Grupos de Trabalho

O projeto deve garantir a participação continua dos representantes municipais durante todas as fases de criação ou atualização do PMSB, devendo esses serem organizados em grupos de trabalho compostos fundamentalmente por um Comitê Executivo Local e de Coordenação:

- Comitê Executivo: proporá as ações para operacionalizar o PMSB em concordância com o cronograma estipulado no projeto. Deve ser constituído por técnicos: da Unidade recebedora; Administração pública municipal; Conselhos Municipais; Secretarias de Serviços Públicos, Obras e Urbanismo, de Saúde, de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente; Educação da Prefeitura e de Entidades civis de municípios ligadas à área de saneamento e saúde;
- Comitê de Coordenação: deverá discutir, avaliar e aprovar as ações propostas pelo Comitê Executivo. Deve se reunir no mínimo a cada 2 meses. Deve ser formado por autoridades e técnicos das instituições do poder público municipal, estadual e federal relacionadas com o saneamento básico, representantes de organizações da sociedade civil. Além de representantes dos conselhos municipais, Câmara de Vereadores, Ministério Público. E conter obrigatoriamente representantes do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da FUNASA (NICT) e da UNIFAP;
- A Unidade recebedora deve apresentar uma Cópia do ato público do Poder Executivo (Decreto ou Portaria), com definição dos membros dos Comitês Executivo e de Coordenação.
- Encontros de Planejamento - Visa o estabelecimento de metodologias e estratégias para execução dos trabalhos, além da definição e ajustes do material didático, bem como a organização do calendário das visitas a serem realizadas.

Elaboração e Explicação do Plano de Comunicação e Mobilização Social

Essa etapa contemplará as estratégias e ações propostas com o objetivo de promover a efetiva mobilização e participação social. Serão realizadas reuniões com a sociedade civil e população em geral para auxiliar nas fases de elaboração do PMSB. Cada município terá a realização de 3 eventos setoriais e uma conferência, sendo adotado no mínimo 2 (dois) setores 1(um) na área urbana e 1(um) na área rural/quilombola/indígena. A mobilização tentará ampliar a abrangência e a participação social em todo o processo. Atores importantes como: agentes de saúde, professores, líderes comunitários terão papel importante em todo o processo de mobilização. Abaixo descrevemos resumidamente as técnicas que serão utilizadas;

- a) Plano de Comunicação, Marketing e Mobilização Social deverá especificar as estratégias e meios de divulgação em escolas, bares, igrejas, locais de aglomeração pública utilizando: Folders, Panfletos, Carros de som, Faixas, Banners, ações de divulgação em internet, redes sociais, whatsapp, rádio universitária, etc);
- b) Definição dos mecanismos de divulgação e comunicação para disseminação e informação da população de todo município sobre o processo de construção do Plano;
- c) Planejamento da mobilização social contemplando a setorização do município, as atividades de participação previstas bem como a melhor metodologia pedagógica (debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outros) visando cada fase do PMSB;

- d) Deverão ser realizados diversos eventos para manter o projeto em evidência no município e entorno. Todos devem ser previstos em cronograma a ser fornecido a FUNASA e Prefeitura;
- e) Deverão ser encaminhados pela Unidade Receptora a Unidade Descentralizadora os registros (Atas, Fotografias, Relatórios e Materiais de divulgação utilizados) dos eventos realizados nos relatórios mensais simplificados que informarão no conjunto sobre o andamento das atividades desenvolvidas durante a elaboração do PMSB.
- f) Apoio Presencial e Remoto aos Municípios - O apoio remoto consiste na disponibilidade do corpo técnico em apoiar e supervisionar a elaboração dos produtos e ações previstos a serem executados pelos técnicos do município e da UNIFAP sendo desenvolvido por meio de visitas *in loco* e apoio por meio de tecnologias da informação.
- g) Material de Divulgação - O termo de execução descentralizada proposto contemplará o público alvo dos 06 (seis) municípios com recursos previstos para implementar os processos de comunicação e mobilização das comunidades durante a realização do diagnóstico, prognóstico e aprovação final da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A equipe de Mobilização Social será formada por mobilizadores (pesquisadores, técnicos, estudantes e estagiários), que serão prioritariamente: cientistas sociais, pedagogos, geógrafos, sanitaristas e profissionais de áreas afins. A rotina será formada por viagens às cidades e após a sistematização das informações e elaboração dos relatórios de mobilização municipal.

Serão escolhidos mobilizadores locais (pelo menos 1 (um) por município) para ajudar na ampliação da participação social e apoio logístico local. O perfil buscado é o de liderança no município. Esse mobilizador local também poderá integrar os comitês e grupos de trabalho e será um elo imediato entre a coordenação de mobilização e o Município.

Diagnóstico Técnico-Participativo

É a base orientadora do PMSB e deve abranger as quatro componentes de saneamento básico. Contemplar a orientação dos técnicos no levantamento e consolidação de dados secundários e primários, com o resultado da percepção da sociedade que virá por meio das reuniões, debates, oficinas e seminários realizados. Em resumo essa etapa deve, ao fazer o levantamento dos Indicadores Pertinentes, refletir a vontade da população e dirigentes do Município em temas relacionados aos:

a) Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura

- Levantamento dos indicadores municipais primários e secundários sobre o saneamento;
- Levar em conta as participações dos representantes da população urbana e rural sobre a pertinência desses indicadores;
- Caracterizar e identificar, no município: tamanho; localização; distância entre a sede municipal e de outras sedes municipais da região, da capital do estado e entre distritos; altitude; ano de instalação; clima; aspectos geológicos; recursos hídricos, incluindo águas subterrâneas; densidade demográfica; ocupação territorial desordenada; parâmetros quanto ao uso e ocupação do solo; definição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte e habitação);
- Identificação de instituições públicas (saúde, educação, segurança, comunicação) de infraestrutura social (igrejas, associações, cemitérios, captação e tratamento de água), e organizações sociais e culturais;
- Levantamento de indicadores de saúde (longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade, fatores causais de doenças infecciosas e parasitárias sabidamente relacionadas com problemas de saneamento básico). E o índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos;

- Descrição do nível educacional da população, por faixa etária e da capacidade do sistema educacional, formal e informal;
- Identificação e avaliação do sistema de comunicação local;
- Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade socioeconômica; avaliação da porcentagem da renda por extrato da população e levantar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e região.

b) Políticas do Setor de Saneamento

- Levantamento da legislação, normas de regulação, programas locais, cooperação com outros entes federados que orientam as políticas nacional, estadual e regional de saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, rural, industrial, turístico, habitacional;
- Avaliação sistemática de eficácia, eficiência e efetividade, dos serviços prestados;
- Política de recursos humanos e tarifária dos serviços de saneamento básico.

c) Infraestrutura do Abastecimento de Água

- Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento (caso existam);
- Descrição dos sistemas de abastecimento de água incluindo: mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas;
- Situação geral do sistema: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, micro e macromedição, controle do sistema, capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, consumo per capita, consumidores especiais, estrutura de tarifação, índice de inadimplência, qualidade da água bruta, qualidade da água entregue à população, volume consumido por faixa, principais deficiências (intermitências, perdas),
- Levantamento da rede hidrográfica identificando mananciais que poderão servir para abastecimento futuro;
- Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
- Organograma do prestador de serviço, descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento.

d) Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

- Análise crítica dos planos diretores de esgotamento sanitário quando existam;
- Descrição detalhada dos sistemas de esgotamento sanitário atuais incluindo: textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas;
- Análise crítica e avaliação da situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário: ligações prediais rede de coleta, interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento, estações de controle do sistema. Com avaliação da capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional; principais deficiências; indicação de áreas de risco de contaminação por esgotos do município;

- Levantamento da rede hidrográfica do Município, identificando as fontes de poluição pontuais de esgotamento sanitário e industrial. E da existência de ligações clandestinas de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário;
- Dados dos corpos receptores existentes (qualidade, vazão, usos de jusante, etc.);
- Identificação de principais fundos de vale, por onde poderá haver traçado de interceptores; potenciais corpos d'água receptores do lançamento dos esgotos; atuais usos da água do futuro corpo receptor dos esgotos; possíveis áreas para locação da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto);
- Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e especiais (produção "per capita" e de consumidores especiais). Balanço entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário existente;
- Estrutura de produção de esgoto (número de economias e volume produzido por faixa);
- Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
- Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados. Com a correspondente caracterização da prestação dos serviços.

e) Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais

- Análise crítica dos planos diretores de esgotamento sanitário quando existirem;
- Atender a legislação existente sobre parcelamento e uso do solo urbano e rural;
- Descrever o sistema de macrodrenagem (galeria, canal, etc.) e microdrenagem (rede, bocas-de-lobo e órgãos acessórios), englobando croqui georreferenciado dos principais lançamentos da macrodrenagem, desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam o total entendimento dos sistemas em operação;
- Verificar a existência da fiscalização da legislação vigente e o nível de atuação da fiscalização em drenagem urbana;
- Identificar os órgãos municipais com alguma provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e identificar suas atribuições;
- Verificar a obrigatoriedade da microdrenagem para implantação de loteamentos ou abertura de ruas;
- Verificar a separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário e a existência de ligações clandestinas de esgotos sanitários ao sistema de drenagem pluvial;
- Identificar os principais tipos de problemas (alagamentos, transbordamentos de córregos, pontos de estrangulamento, capacidade das tubulações insuficientes, etc.), a frequência de ocorrência e a localização desses problemas;
- Verificar a relação entre a evolução populacional, processo de urbanização, quantidade de ocorrência de inundações, se existe manutenção e limpeza, drenagem natural e artificial e a frequência com que são feitas, descrição dos principais fundos de vale, e por onde é feito o escoamento das águas de chuva;

- Análise da capacidade limite com elaboração de croqui georreferenciado das bacias contribuintes para a microdrenagem;
- Identificar as receitas operacionais, despesas de custeio e investimento, os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
- Se o município apresenta registros de mortalidade por malária.

f) Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Análise crítica dos planos diretores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ou planos de gerenciamento de resíduos sólidos da área de planejamento, se existirem;
- Situação dos resíduos sólidos gerados, incluindo a origem, o volume e sua caracterização (domiciliares, construção civil, industriais, hospitalares e de serviços de saúde), tipo de processamento, produção “per capita” de resíduos inclusive de resíduos de atividades especiais;
- Identificação dos principais problemas de infraestrutura;
- Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo), identificando inclusive as necessidades de capacitação, remanejamento, realocação, redução ou ampliação da mão-de-obra utilizada nos serviços;
- Verificar a possível vantagem da implantação de consórcios ou soluções compartilhadas com outros Municípios (economia de escala, proximidade geográfica, diminuir os riscos ambientais);
- Verificar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
- Identificar possíveis programas de reciclagem de resíduos da construção civil, coleta seletiva, compostagem, cooperativas de catadores;
- Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos (áreas contaminadas), propondo as medidas saneadoras.

Para a realização do diagnóstico será desenvolvida a seguinte rotina operacional: serão planejadas supervisões por áreas (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e gestão das águas pluviais). Cada supervisão terá que gerenciar uma equipe operacional que fará as visitas técnicas *in loco* para levantamento das informações que comporão o diagnóstico. Essas equipes operacionais deverão desenvolver um relatório de viagem consistente. Haverá uma outra equipe técnica que será a responsável pela sistematização das informações, detecção de problemas nas visitas e elaboração dos relatórios por área, além de elaborar a minuta do diagnóstico. Essa rotina será idêntica para todas as demais áreas do PMSB.

Prospectiva e Planejamento Estratégico

A partir do diagnóstico, serão elaborados os planejamentos prospectivos que identificaram os cenários futuros, possíveis e desejáveis, visando a confecção dos programas que trarão a universalização do saneamento municipal, e que deverão contemplar soluções para os desafios tendo como princípio a compatibilização do crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social. Tudo tendo em vista uma projeção temporal com horizonte de planejamento e execução de 20 anos, escalonando a realização dos projetos em: curto, médio e longo prazo.

- Deverão ser utilizadas metodologias de projeções demográficas orientado pelos elementos

previstos em planejamentos e políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federais que influenciem na questão do saneamento;

- Serão previstas alternativas de gestão e de soluções técnicas de engenharia executáveis que atendam às exigências e características de cada eixo do saneamento básico para toda área do município, incluindo as áreas dispersas (áreas rurais indígenas, quilombolas e tradicionais).
- Esses planos devem levar em consideração o Art. 19 da Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Deverão ser definidas metas de redução, reutilização, coleta seletiva, reciclagem, com uma solução térmica final que minimizará o volume de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Programas, Projetos e Ações

Após concluído o prognóstico e elaborado o planejamento estratégico, é necessário evidenciar os Programas existentes e os novos propostos. Esse procedimento é a etapa responsável pelo cumprimento de metas estabelecidos a partir de um cenário de referência pré-definido. Isto em nesta fase, serão criados os Programas que abrigarão os Projetos e esses as Ações com base nos frutos da etapa de Prospecção e Planejamento Estratégico. Também serão definidas as obrigações factíveis do poder público na atuação em cada eixo do setor de saneamento, segundo os prazos e prioridades estipulados. Logo é obrigatório envolvimento dos representantes dos poderes executivo, judiciário e legislativo municipal.

Prioritariamente, devem ser identificados os programas que abrangem mais de um componente dos serviços públicos de saneamento básico: a) educação ambiental, b) sistema de cobrança dos serviços, etc, objetivando uma metodologia mais articulada e integrada possível, observando que o eixo temporal dos planos plurianuais têm a necessidade de serem realizados antes de cada 4 anos; c) procedimentos de revisão dos planos; d) ações de emergência e contingência (por exemplo, interrupções de adutoras, rompimentos de rede d'água, entupimento de redes de esgotamento sanitário, deslizamento de resíduos no aterro sanitário, enchentes, etc).

Nesta etapa, deverão ser previstas as diretrizes, as competências e as responsabilidades de cada órgão (Defesa Civil, bombeiros, prevenção de desastres, etc). Será, então, avaliada a necessidade e a disponibilidade de recursos humanos, equipamentos, etc).

- Com relação à Política de Resíduos Sólidos, deverão ser atendidos: a não-geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos; formação de associação de catadores de materiais reutilizáveis, recicláveis, incluindo o programa de monitoramento.

Planos de Execução

A etapa de execução deve contemplar o caminho que deve ser seguido para implantação e operacionalização dos Programas, Projetos e Ações, considerando metas em horizontes temporais bem distintos: Imediatos ou emergenciais (até 3 anos); Curto prazo (4 a 8 anos); Médio prazo (9 a 12 anos); Longo prazo (13 a 20 anos);

- Os Programas deverão ser planejados tendo em vista as projeções de crescimento demográfico da população e conseqüente demanda por serviços;
- Definir claramente os principais responsáveis por executar os Programas, Projetos e Ações;

- Deverá prever ainda a estimativa de custos e a identificação das principais fontes de recursos (recursos municipais a serem colocados no orçamento municipal, programas do governo federal, estadual, emendas parlamentares, recursos privados) que poderão ser utilizadas para a implantação e operacionalização dos projetos e ações, bem como os responsáveis por sua realização.

Elaboração da Minuta do Projeto de Lei do PMSB

Um relatório final descrevendo todas as etapas de elaboração do PMSB será elaborado, assim como a minuta de Projeto de Lei, que deverá estar em conformidade com os dispositivos inseridos no PMSB e as demais normas vigentes. Essa minuta será submetida à discussão com a população, em evento especialmente convocado para este fim: a Audiência Pública. Neste evento, a versão final do plano será concluída e encaminhada posteriormente à Câmara de Vereadores. O PMSB, depois de aprovado e sancionado em Lei Municipal, deve ser implantado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico.

Ao mesmo tempo da elaboração da Minuta será realizada uma intervenção nos municípios para capacitação no sistema de informação **SIMISAB** e a elaboração dos Indicadores de controle e desempenho dos planos, abaixo descritas:

Capacitação no Sistema de Informações SIMISAB

Capacitar os gestores e técnicos municipais na operação do Sistema de Informação de Saneamento Básico (SIMISAB), *software* distribuído pelo Ministério das Cidades. Essa formação se dará em um curso com, no mínimo, 25 participantes. O SIMISAB é um avanço na questão da gestão do saneamento, visto que alimenta e obtém informações do Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA e do Sistema Nacional de Informações em Resíduos Sólidos – SNIR.

Indicadores de Desempenho do PMSB

O planejamento, a criação, execução e monitoramento dos Programas, Projetos e Ações a serem desenvolvidos no PMSB dependem basicamente da identificação e escolha dos Indicadores que serão utilizados para medir e descrever os eventos que compõem a questão do Saneamento Municipal. Devem ser instrumentos-chave de monitoramento dos interesses dos usuários e a verificação da conformidade com objetivos previamente estabelecidos. Podem advir de dados primários levantados pela Entidade Receptora presencialmente, secundários (Sistema Nacional de Informações em Saneamento, etc.) ou de outras fontes oficiais. Podem ser analíticos (constituídos de uma única variável) ou sintéticos (constituídos por uma composição de variáveis).

- Os Indicadores devem conter: Nome do indicador; Objetivo; Periodicidade de cálculo; Responsável pela sua confecção e divulgação; Fórmula de cálculo; Intervalo de validade; Variáveis que permitem o seu cálculo e Identificar a fonte e origem dos dados.
- Possuírem definição clara, concisa e interpretação inequívoca;
- Serem facilmente mensuráveis e com custo razoável;
- Proporcionarem, de forma fácil, a comparação do desempenho obtido com os objetivos que forem

planejados;

- Serem efetivos para a tomada de decisões;
- Não exigir análises complexas;
- São em quantidade reduzida, porém suficientes para a avaliação objetiva das metas de planejamento;
- São compatíveis, na medida do possível, a fim de proporcionar sua integração com o Sistema Nacional de Informações do Saneamento (SINISA)

DO CONTROLE - RELATÓRIOS

Relatórios mensais

Os relatórios mensais simplificados do andamento das atividades desenvolvidas deverão conter um resumo quanto ao cumprimento da programação descrita no cronograma físico-financeiro, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções de prazos e custos, inclusive as ações de mobilização social.

- O Conveniente deverá exercer controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, fotos, focando em obter clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados e com texto isento de erros de português e/ou digitação.

Relatório Final

O relatório final do PMSB deverá apresentar as informações resumidas e consolidadas de todas as etapas e produtos desenvolvidos.

9. ALOCAMENTO DOS RECURSOS PREVISTOS

A execução financeira, conforme memória de cálculo, segue os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, primando pela razoabilidade da aplicação dos recursos públicos.

- Equipe técnica

Refere-se à contratação de profissionais responsáveis pela capacitação dos técnicos de 6 municípios e pelo apoio na elaboração dos produtos que comporão a minuta do Plano Municipal de Saneamento dos 6 municípios selecionados.

O Desenvolvimento das atividades se concentrarão para estes profissionais em quatro momentos:

- 1) Participação do curso de nivelamento de conhecimento e compreensão do produto esperado deste Termo para os entes envolvidos;
- 2) Visita técnica aos 6 municípios selecionados;
- 3) Realização das oficinas, reuniões, eventos e conferência

4) Apoio técnico na elaboração dos produtos que compõem o PMSB, conforme diretrizes estabelecidas no Termo de Referência da Funasa.

- Encontros de planejamento

Visa o estabelecimento de metodologias e estratégias para execução dos trabalhos, além da definição e ajustes do material didático, bem como a organização do calendário das visitas a serem realizadas.

- Nivelamento da Equipe de Apoio

Uma das etapas previstas no plano de trabalho refere-se ao nivelamento da equipe de apoio, disponibilizando as técnicas e procedimentos vigentes na Funasa e expressos no Termo de Referência para elaboração do PMSB - Versão 2012.

O nivelamento proposto uniformizará a atuação dos profissionais contratados, a fim de assegurar os resultados das oficinas e formatação do processo de trabalho a ser realizado no município.

No comitê de coordenação a ser instituído terá representante do NICT da Funasa/SUEST/AP e será garantida uma representação da equipe de apoio contratada no comitê de execução.

- Capacitação

A capacitação de nivelamento será realizada no município de Macapá, sendo necessário material de expediente e material didático.

- Apoio Presencial

O apoio presencial consiste na disponibilidade do corpo técnico em apoiar e supervisionar a elaboração dos produtos previstos a serem executados pelos técnicos do município, sendo desenvolvido por meio de visitas *in loco* e apoio através de tecnologias da informação.

Nesta etapa prevê-se no mínimo 4 visitas a cada município a ser realizada pela equipe técnica para o desenvolvimento administrativo e técnico do Termo de Execução Descentralizada.



10. EQUIPES DE TRABALHO

As equipes serão compostas pela equipe da UNIFAP, responsável pelo acompanhamento do TED e a equipe de apoio, conforme quadros abaixo:

- Equipe da Unifap para Acompanhamento do TED

Nome	Função	Titulação
Equipe Técnica de Coordenação Geral, Operacional, Mobilização/Capacitação e Engenharia		
1. Alan Cavalcanti da Cunha (UNIFAP)	Coordenador Geral	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Engenheiro Químico (UFPA); ◆ Especialista em Educação Ambiental, Especialista em Recursos Hídricos (CRHEA/EESC-USP) e Controle de Poluição para Países Sul-americanos (JICA-Japão) ◆ Mestre e Doutor em Engenharia Civil (Hidráulica e Saneamento - (USP); ◆ Pós-Doutor em Engenharia (American World University) e ◆ Pós-Doutor em Biologia / Universidade de Miami-EUA).
2. Charles Achcar Chelala (UNIFAP)	Coordenador de Mobilização / Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Economista; ◆ Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP).
3. Cláudia Fernandes Chelala (UNIFAP)	Coordenadora Técnico Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Economista; ◆ Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UnB); ◆ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela (UFPA).
4. José Angelo de Souza Oliveira (SEMA)	Coordenador de Engenharia – Externo	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Engenheiro Sanitarista (UFPA) e ◆ Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (UFMG)
5. Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha (UNIFAP)	Membro Pesquisador Sênior Ciências da Engenharia Ambiental, Indicadores de Sustentabilidade e Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada em Serviço Social (UFPA); ◆ Especialista em Educação Ambiental, Especialista em Recursos Hídricos (CRHEA/EESC-USP) ◆ Mestre em Ciências Sociais (UFSCar); ◆ Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental (USP). ◆ Pós-Doutora em Desenv. Sustentável (Dep. Geografia e Estudos Regionais/Universidade de Miami /EUA).
Equipe Técnica Interdisciplinar – Execução Escritório, Laboratório e Campo (Distribuídas por Atividades/Metas/Objetivos/Produtos)		
1. Rafael Pontes (UNIFAP)	Ciência da Computação: Web Design, Banco de Dados, Criação e Manutenção do Web Site do Projeto e Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduado em Ciência da Computação (PUC-MG); ◆ Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP); ◆ Doutor Educação em Ciências e Matemática (UNIFAP)
2. Cristina Maria Baddini Lucas (UNIFAP)	Membro Engenharia Civil	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada em Engenharia de Civil (FACENS-SP); ◆ Especialista em Engenharia de Transporte (USP-SP); ◆ Mestre em Engenharia de Transporte (UFRJ-RJ);
3. Maria de Lourdes Cavalcanti Barros (UFPA - Externa)	Membro Pesquisador Externo (Eng. San. Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada em Engenharia Sanitária (UFPA) ◆ Mestre em Engenharia Mecânica (UFPA) ◆ Doutora em Engenharia Civil (UFRJ) ◆ Pós-Doutora (ESALQ-USP e COPPE-UFRJ)

4. Alaan Ubaiara Brito (UNIFAP)	Membro Engenharia Elétrica e Energia	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Engenharia Elétrica (UFPA-P); ◆ Ms Engenharia Elétrica (UFPA) e Doutor em Energia (USP-SP). Pesq. Associado - Sistemas de bombeamento de água em áreas rurais. Energia x Engenharia Ambiental/NHMET/IEPA.
5. Liana Pereira Belúcio (Pós-graduanda UNIFAP)	Membro Pesq. Engenharia Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada em Engenharia Ambiental (UEAP-AP); ◆ Mestranda em Ciências Ambientais (PPGCA-AP);
6. Geison Carlos Xisto da Silva (UNIFAP)	Membro Pesquisador e Analista (Química e Saneamento Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Téc. em Quím. Ind. e Téc. de Celulose/Papel (CE Olimpus) ◆ Tecnólogo em Gestão de Prod. Industrial (Uniter) ◆ Espec. Gestão Ambiental e Desenv. Sustentável (Uninter) ◆ Mestre em Biodiversidade Tropical (UNIFAP)
7. Aldo Aparecido Proietti Junior (UNIFAP)	Membro Pesquisador (bioquímica e microbiologia)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Farmácia e Bioquímica (Universidade São Francisco); ◆ Ms Ciências Biológicas - Microbiologia (USP); ◆ Doutorando pela Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - REDE BIONORTE
8. Luciana Sampaio Lima (UNIFAP)	Membro Pesquisadora (análises biológicas)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Ciências Biológicas (UNIFAP); ◆ Ms Ciências da Saúde (UNIFAP).
9. Sávio Luis Carmona dos Santos (UNIFAP)	Membro Pesquisador (geoprocessamento)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Engenharia Geológica (UFOP); ◆ Ms Sensoriamento Remoto (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE); ◆ Doutor em Oceanografia Química e Geológica (USP).
10. Darren Norris (UNIFAP)	Membro Pesquisador (geoprocessamento)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Zoology - University of Aberdeen; ◆ Ms App. Ecol. Conservation - University of East Anglia ◆ Doutor em Zoologia – UNESP
11. Regis Brito Nunes (UNIFAP)	Membro Pesquisador (Topografia, Sistemas Construtivos e Estruturais, Infraestrutura Urbana e Gestão e Planejamento de Obras)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. em Eng. Civil pela Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas); ◆ Ms Engenharia e Gestão Ambiental. Universidade Fernando Pessoa, UFP, Portugal.
12. Carlos Henrique Medeiros de Abreu (Pós-graduando UNIFAP)	Membro Pesquisador Externo (UEAP) (Física da Eng. Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Física (UEC) ◆ Mestre em Biodiversidade Tropical (UNIFAP) ◆ Doutorando em Biodiversidade Tropical (BIONORTE - UNIFAP) – Hidrodinâmica, Dispersão de Poluentes, Qualidade da Água e Geoprocessamento
13. Arialdo Silveira Jr. (UNIFAP)	Membro Pesquisador (Saneamento e Educação Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Ciências Biológicas (UNIFAP) ◆ Ms Saúde (UNIFAP) ◆ Doutorando Biodiversidade Tropical
14. Alzira Marques de Oliveira (UNIFAP)	Membro Pesquisador (Análise de Risco e Educação Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Grad. Ciências Sociais (UNIFAP) ◆ Mestre em Direito Ambiental (UNIFAP) ◆ Doutoranda Biotecnologia e Biodiversidade (BIONORTE)
15. Isaias Tavares da Costa (UNIFAP)	Membro Técnico Ciências Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduado em Ciências Ambientais – UNIFAP
16. Rafael Saldanha (UNIFAP)	Membro Técnico Ciências Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduado em Letras (UFPA, 2012); ◆ Especialista em Produção de Material Didático e Formação de Mediadores de Leitura para a Educação de Jovens e Adultos-EJA (UNIFAP);

		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Especialista em Docência do Ensino Superior (META); ◆ Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas (UECE)
17. Rosemary de Carvalho Rocha Koga (UNIFAP)	Membro Técnico Ciências Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada Biomedicina (SEAMA) ◆ Especialista em Gestão em Saúde Pública (UNIFAP). ◆ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde (PUC-GO)
18. Marilene Françoise da Conceição Trajano (UNIFAP)	Membro Técnico Ciências Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduação Geografia (UNIFAP) ◆ Especialista em Gestão Urbana (UNIFAP). ◆ Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas (UECE)
19. Daginete Chaves Brito (UNIFAP)	Membro Pesquisador (Direito e Legislação – Análise e Revisão Jurídica da Minuta do Projeto de Lei do PMSB)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduada em Direito (FAMA), Geografia e Economia (UFPA) ◆ Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UnB); ◆ Doutora Ciências Sociais (NAEA-UFPA).
20. Paulo Gibson Farias Bezerra (UNIFAP)	Membro Técnico – Laboratório e Campo) (LQMSA-UNIFAP)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Graduado em Engenharia Química (UEAP)

A seleção da equipe de apoio será realizada pela UNIFAP em consonância com as regras estabelecidas em encontro de planejamento com a Funasa, considerando a capacidade técnico/didática dos interessados.

11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

As avaliações dos objetivos propostos no Termo serão realizadas pela FUNASA, em conjunto com o município e UNIFAP, por meio de reuniões sistemáticas e de acordo com o calendário a ser estabelecido nas reuniões de planejamento.

12. MUNICÍPIOS A SEREM CONTEMPLADOS PELO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Os municípios a serem contemplados por este Termo de Execução Descentralizada serão selecionados por meio de Portaria de Seleção de Municípios a ser publicada pela Funasa/Suest/AP,

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Meta	Descrição da Meta	Etapas/Fases	Unidade	Quantidade	Início	Término
1.	Formação dos Comitês de Coordenação e Executivo	Oficina de qualificação e nivelamento da equipe que atuará no projeto	UN	1	Mai/2018	Jun/2018
		Reunião Geral da Equipe com os Prefeitos e FUNASA	UN	1	Mai/2018	Jun/2018
		Evento de formação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Reunião Ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto e Ato público de formação dos Comitês de Coordenação e Executivo.	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
		Capacitação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Treinamento em serviço dos representantes do Poder Público Municipal sobre Política e Plano Municipal de Saneamento Básico	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
2	Plano de Mobilização Social	Realizar reunião ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
		Elaboração dos Planos de Mobilização Social	UN	6	Mai/2018	Jun/2018
3	Diagnóstico Técnico participativo	Levantamentos de dados primários de campo. Mapeamento socioambiental das condições do saneamento básico nos municípios, setores urbano e rural	UN	6	Jul/2018	Dez/2018
		Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB em 6 municípios.	UN	12	Jul/2018	Dez/2018
		Elaborar dos Diagnóstico Técnico – Participativos	UN	6	Jul/2018	Dez/2018

4	Prospectiva e planejamento estratégico	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB em 6 municípios.	UN	12	Jan/2019	Mar/2019
		Elaborar relatório de Prospectiva e planejamento estratégico	UN	6	Jan/2019	Mar/2019
5	Programas, projetos e ações e Plano de execução	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB em 6 municípios.	UN	12	Abr/2019	Mai/2019
		Elaborar relatório de Programas – Projetos e Ações	UN	6	Abr/2019	Mai/2019
		Elaborar relatório de Plano de Execução	UN	6	Jun/2019	Jul/2019
6	Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico	Elaborar relatório de Indicadores de Desempenho	UN	6	Jan/2019	Mai/2019
		Capacitação no mínimo 20 participantes dos 6 municípios no sistema de informações em saneamento básico (SIMISAB)	UN	6	Jan/2019	Mai/2019
7	Elaborar Relatório Final	Promover 1 evento em cada município de apresentação, discussão e homologação do Relatório Final do PMSB.	UN	6	Ago/2019	Out/2019
		Elaboração de minuta de projeto de lei que instituirá o PMSB	UN	6	Ago/2019	Out/2019

14. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do objeto da parceria a ser estabelecida entre as partes requererá o montante total de recursos no valor de R\$ 1.884.075,00 (Um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, e setenta e cinco reais) a ser descentralizado pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde - Funasa para execução física e orçamentária do objeto pela ação de Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico.

Programa de Trabalho: 10.512.2068.20AG.0001 – Programa: 090813 – Ação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico.

ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA		VALOR POR EXERCÍCIO	TOTAL
			2018	
FUNASA	33.90.39	151	R\$ 1.884.075,00	R\$ 1.884.075,00

15. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

1	Meta 1: Formação dos Comitês de Coordenação e Executivo				
1.1	Oficina de qualificação e nivelamento da equipe que atuará no projeto 40h (20 participantes)				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.1.1	Blocos de Anotações	UM	20,00	1,20	24,00
1.1.2	Caneta esferográfica na cor azul	CAIXA	1,00	40,00	40,00
1.1.3	Impressão de lista de presença	UM	5,00	0,30	1,50
1.1.4	Impressão de fichas de avaliação	UM	20,00	0,30	6,00
1.1.5	Diagramação de Banner	H	1,00	31,00	31,00
1.1.6	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UM	2,00	70,00	140,00
1.1.7	Impressão de apostilas	UM	20,00	15,00	300,00
1.1.8	Impressão de certificados	UM	20,00	1,20	24,00
1.1.9	Demais materiais de expediente	UM	1,00	120,00	120,00
1.1.10	Impressões de carta A0 – dinâmica da oficina	UM	4,00	30,00	120,00
	Subtotal				806,50
1.2	Reunião Geral da Equipe com os Prefeitos e Staff e FUNASA 40 h (20 participantes)				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.2.1	Blocos de Anotações	UM	20,00	1,20	24,00
1.2.2	Caneta esferográfica na cor azul	CAIXA	1,00	40,00	40,00
1.2.3	Impressão de Sumário Executivo do Projeto (20 pág)	UM	20,00	6,00	120,00
	Subtotal				184,00

1.3	Evento de formação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Reunião Ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto e Ato público de formação dos Comitês de Coordenação e Executivo. (50 participantes por município)				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.3.1	Diagramação de Faixas	H	6,00	31,00	186,00
1.3.2	Diagramação de Folder	H	6,00	31,00	186,00
1.3.3	Diagramação de Banner	H	6,00	31,00	186,00
1.3.4	Impressão de Folder	UM	2.000,00	1,00	2.000,00
1.3.5	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UM	12,00	70,00	840,00
1.3.6	Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	UM	12,00	20,00	240,00
1.3.9	Auxílio Deslocamento de Equipes para 3 pessoas (3,5 dias por município)	DIA	63,00	177,00	11.151,00
1.3.10	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (1 veículo, 3,5 dias por município)	DIA	21,00	750,00	15.750,00
1.3.11	Combustível (50 L/dia)	L	1.050,00	4,50	4.725,00
	Subtotal				35.264,00

1.4	Capacitação dos Comitês de Coordenação e de Execução. Treinamento em serviço dos representantes do Poder Público Municipal sobre Política e Plano Municipal de Saneamento Básico (aproximadamente 12 participantes de cada um dos 6 municípios)				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.4.1	Impressão do Termo de Referência da FUNASA - 68pag (TR)	UM	72,00	20,40	1.468,80
1.4.2	Caneta esferográfica na cor azul	CAIXA	6,00	40,00	240,00
1.4.3	Impressão de certificados	UM	72,00	1,20	86,40
1.4.4	Impressões de carta A3 – dinâmica de oficinas	UM	144,00	10,00	1.440,00
	Subtotal				3.235,20
	Total Meta 1 - Plano de Trabalho				39.489,70

2	Meta 2: Plano de Mobilização				
2.1	Reunião de Apresentação e Homologação dos Planos de Mobilização (aproximadamente 12 participantes de cada um dos 6 municípios)				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
2.1.1	Impressão dos Planos de Mobilização (20 pág)	UM	72,00	6,00	432,00
2.1.2	Auxílio Deslocamento para Equipes de 2 pessoas (1,5 dia por município)	DIA	18,00	177,00	3.186,00
2.1.3	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (1 veículo, 1,5 dias por município)	DIA	9,00	750,00	6.750,00
2.1.4	Combustível (50 L/dia)	L	450,00	4,50	2.025,00
	Subtotal				12.393,00
	Total Meta 2 - Plano de Mobilização				12.393,00
3	Meta 3: Diagnóstico do Saneamento Básico dos Municípios				
3.1	Levantamentos de dados primários de campo. Mapeamento socioambiental das condições do saneamento básico nos municípios, setores urbano e rural				

	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
3.1.1	Impressão de Formulários e Fichas de coleta de dados	UM	670,00	1,50	1.005,00
3.1.2	Reagentes e material de consumo de Laboratório (físico-químico e microbiológico) , EAA, gases de análises (acetileno, argônio, NO2, etc). Treinamento e capacitação em EAA – Hidretos (metais pesados) LQSMSA.	Semestre	1,00	65.667,00	65.667,00
3.1.3	Materiais e Serviços para a Unidade Móvel de análise química (apoio ao diagnóstico e campo)	KIT	1,00	29.998,00	29.998,00
3.1.4	Materiais de Consumo e serviços para o Laboratório de Geoprocessamento	KIT	1,00	16.667,00	16.667,00
3.1.7	Auxílio Deslocamento de Equipes para 6 pessoas (4,5 dia por município) (planejamento, campo, discussões e produtos por setor e demanda)	DIA	162,00	177,00	28.674,00
3.1.8	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (2 veículos, 4,5 dias por município)	DIA	54,00	750,00	40.500,00
3.1.9	Combustível (50 L/dia)	L	2.700,00	4,50	12.150,00
	Subtotal				194.661,00
3.2	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB.				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
3.2.1	Diagramação de Faixas	H	12,00	31,00	372,00
3.2.2	Diagramação de Folder	H	12,00	31,00	372,00
3.2.3	Diagramação de Banner	H	12,00	31,00	372,00
3.2.4	Impressão de Folder	UN	1.200,00	1,00	1.200,00
3.2.5	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UN	24,00	70,00	1.680,00
3.2.6	Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	UN	48,00	20,00	960,00
3.2.7	Auxílio Deslocamento de Equipes para 6 pessoas (7,5 dia por município)	DIA	270,00	177,00	47.790,00
3.2.8	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (2 veículos, 7,5 dias por município)	DIA	90,00	750,00	67.500,00
3.2.9	Combustível (50 L/dia)	LITROS	4.500,00	4,50	20.250,00
3.2.10	Aluguel de lancha com operador, EPIs e combustível (1 lancha, 4 dias por município)	DIA	24,00	234,00	5.616,00
	Subtotal				146.112,00
	Total Meta 3 – Diagnóstico				340.773,00
4	Meta 4: Prognóstico do Saneamento Básico dos Municípios				
4.1	Promover 1 evento em cada setor (no mínimo de 2 setores, 1 urbano e 1 rural) de cada município, atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB.				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
4.1.1	Diagramação de Faixas	H	12,00	31,00	372,00
4.1.2	Diagramação de Folder	H	12,00	31,00	372,00
4.1.3	Diagramação de Banner	H	12,00	31,00	372,00

4.1.4	Impressão de Folder	UN	1.200,00	1,00	1.200,00
4.1.5	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UN	12,00	70,00	840,00
4.1.6	Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	UN	36,00	20,00	720,00
4.1.7	Auxílio Deslocamento para 6 pessoas (7,5 dia por município)	DIA	81,00	177,00	14.337,00
4.1.8	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (2 veículos, 7,5 dias por município)	DIA	27,00	750,00	20.250,00
4.1.9	Combustível (50 L/dia)	L	1.350,00	4,50	6.075,00
4.1.10	Aluguel de lancha com operador, EPIs e combustível (1 lancha, 4 dias por município)	DIA	24,00	234,00	5.616,00
	Subtotal				50.154,00
	Total Meta 4 – Prognóstico				50.154,00
5	Meta 5: Relatório dos programas, projetos e ações e Plano de execução;				
5.1	Programas, projetos e ações e Plano de execução				
5.1.1	Diagramação de Faixas	H	12,00	31,00	372,00
5.1.2	Diagramação de Folder	H	12,00	31,00	372,00
5.1.3	Diagramação de Banner	H	12,00	31,00	372,00
5.1.4	Impressão de Folder	UM	1.200,00	1,00	1.200,00
5.1.5	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UM	12,00	70,00	840,00
5.1.6	Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	UM	36,00	20,00	720,00
5.1.7	Auxílio Deslocamento para 3 pessoas (4,5 dia por município)	DIA	81,00	177,00	14.337,00
5.1.8	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (1 veículos, 4,5 dias por município)	DIA	27,00	750,00	20.250,00
5.1.9	Combustível (50 L/dia)	L	1.350,00	4,50	6.075,00
5.1.10	Aluguel de lancha com operador, EPIs e combustível (1 lancha, 4 dias por município)	DIA	24,00	234,00	5.616,00
	Total Meta 5 – E e F				50.154,00
6	Meta 6: Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico				
6.1	Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas. (H- Relatório sobre os indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico; I. Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão;)				
6.1.1	Diagramação e impressão do Monitoramento e Avaliação (20 un por município)	UN	120,00	20,00	2.400,00
6.2	Capacitar os 6 municípios no sistema de informações em saneamento básico (SIMISAB)				
6.1.2	Capacitação dos técnicos dos 6 municípios no sistema de informações em saneamento básico (SIMISAB)	h	40,00	68,45	2.738,00
	Total Meta 6 - Monitoramento e Avaliação				5.138,00

7	Meta 7: Relatório e Minuta de Projeto de Lei do Saneamento Básico dos Municípios				
7.1	Promover 1 evento em cada município de apresentação, discussão e homologação do Relatório Final do PMSB.				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
7.1.1	Diagramação de Faixas	H	6,00	31,00	186,00
7.1.2	Diagramação de Banner	H	6,00	31,00	186,00
7.1.3	Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	UN	6,00	70,00	420,00
7.1.4	Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	UN	12,00	20,00	240,00
7.1.7	Auxílio Deslocamento de Equipes para 3 pessoas (3,5 dia por município)	diária	63,00	177,00	11.151,00
7.1.8	Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista (1 veículos, 3,5 dia por município) - Referência Mínima	diária	21,00	750,00	15.750,00
7.1.9	Combustível (50 L/dia) - Referência Mínima	l	1.050,00	4,50	4.725,00
7.1.10	Impressão do Relatório Final (2 por município)	UN	12,00	90,00	1080,00
	Subtotal				33.738,00
	Total Meta 7 - Relatório Final e Lei do Saneamento Básico dos Municípios				33.738,00
8	Custos Transversais a todas as fases do Projeto				
8.1	Site para hospedagem de todas as informações e dados do projeto				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
8.1.1	Hospedagem e manutenção do site: Cloud web, back-up e e-mail, dentre outros.	MÊS	18,00	800,00	14.400,00
	Subtotal				14.400,00
8.2	Equipe Técnica e Profissional				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
8.2.1	Coordenação Geral				
8.2.1.1	1 Coordenador Geral	MÊS	18,00	5.377,20	96.789,60
8.2.2	Equipe de Gestão Administrativa e Institucional				
8.2.2.1	1 Coordenador Administrativo e Operacional	MÊS	18,00	4.107,00	73.926,00
8.2.2.2	1 Técnico de Contratos	MÊS	18,00	1.283,40	23.101,20
8.2.2.3	1 Técnico de Prestação de Contas	MÊS	18,00	1.283,40	23.101,20
8.2.3	Equipe de Mobilização / Capacitação				
8.2.3.1	1 Coordenador de Mobilização / Capacitação	MÊS	18,00	4.107,00	73.926,00
8.2.3.2	1 Coordenador de Logística	MÊS	18,00	2.566,80	46.202,40
8.2.3.3	1 Profissional de Comunicação	MÊS	18,00	1.283,40	23.101,20
8.2.3.4	3 Educador Ambiental/ Pedagogo / Social	MÊS	12,00	7.799,40	93.592,80
8.2.3.5	6 Bolsistas da Área Social	MÊS	12,00	4.050,00	48.600,00
8.2.4	Equipe de Engenharia e Saneamento				
8.2.4.1	1 Coordenador de Engenharia	MÊS	18,00	4.107,00	73.926,00
8.2.4.2	6 Engenheiros da área de saneamento / ou profissionais com experiência comprovada nas áreas correlatas	MÊS	12,00	16.898,40	202.780,80

8.2.4.3	2 Técnicos NS - Apoio a Engenharia e Laboratório	MÊS	12,00	2.566,80	30.801,60
8.2.4.4	3 Bolsistas de Engenharia (Água/Esgoto/Drenagem/Resíduos Sólidos)	MÊS	12,00	2.025,00	24.300,00
8.2.4.5	3 Bolsistas para Qualidade da Água/Esgoto/Drenagem/Resíduos Sólidos	MÊS	12,00	2.025,00	24.300,00
8.2.4.6	1 Bolsista para Microbiologia	MÊS	12,00	675,00	8.100,00
8.2.5	Equipe de Geoprocessamento				
8.2.5.1	1 Coordenador em Geoprocessamento	MÊS	18,00	3.250,20	58.503,60
8.2.5.2	1 Membro Pesquisador em Geoprocessamento	MÊS	18,00	3.250,20	58.503,60
8.2.5.3	1 Membro Pesquisador em Geoprocessamento	MÊS	12,00	2.599,80	31.197,60
8.2.5.2	6 bolsistas da Geoprocessamento, estatística, banco de dados	MÊS	12,00	4.050,00	48.600,00
8.2.5	Equipe de Tecnologia de Informação				
8.2.5.1	1 Coordenador de Sistemas de Informação	MÊS	18,00	3.250,20	58.503,60
8.2.5.2	2 Bolsistas de Informática	MÊS	12,00	1.350,00	16.200,00
8.2.6	Profissional Jurídico				
8.2.6.1	Revisão da Minuta dos decretos PMSB	MÊS	3,00	3.250,20	9.750,60
	Subtotal				1.147.807,80

8.3	Relatórios mensais				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
8.4.1	Relatório mensal simplificado do andamento das atividades desenvolvidas	MÊS	108,00	15,00	1620,00
	Subtotal				1620,00

8.4	Custos Operacionais da Fundação de Apoio				
	Especificação	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
8.4.1	Custos Operacionais da Fundação de Apoio à Pesquisa	%	9,76	-	188.407,50
	Subtotal				188.407,50
	Total Meta 8 - Custos Transversais				1.352.235,30
	TOTAL GERAL DO PROJETO				1.884.075,00

As avaliações dos objetivos propostos no Termo serão realizadas pela FUNASA, em conjunto com o município e UNIFAP por meio de reuniões sistemáticas e de acordo com o calendário a ser estabelecido nas reuniões de planejamento.

16. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os recursos referentes à execução do objeto do presente Termo de Execução Descentralizada deverão ser transferidos por meio de destaque orçamentário e da respectiva movimentação de numerários e de limites de movimentação, e empenho e de pagamento, para a Universidade Federal do Amapá pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

Para fins de transferência dos recursos, será respeitado o disposto na Portaria Funasa 979/2017, bem como o Cronograma de Desembolso (Quadro) aprovados entre os partícipes, conforme abaixo:

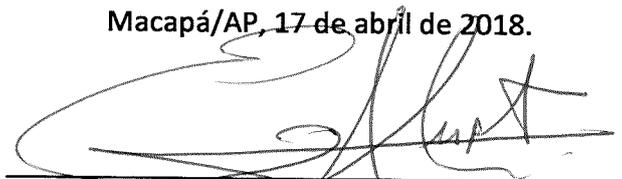
Número da Parcela Liberada (R\$)	Execução Física UNIFAP	%	Acompanhamento NICT	Valor em R\$
1ª	Pactuação/Início da execução	30	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED	565.222,50
2ª	Produtos A, B e J dos 6 municípios	30	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos A, B e J dos 6 municípios	565.222,50
3ª	Produtos C e J dos 6 municípios	20	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos C e J dos 6 municípios	376.815,00
4ª	Produtos D e E e J dos 6 municípios	20	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED e aprovação dos Produtos D e E e J dos 6 municípios	376.815,00
Total				1.884.075,00

17. DATA E ASSINATURAS

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos Orçamentos da União na forma deste Plano de Trabalho.

Macapá/AP, 17 de abril de 2018.



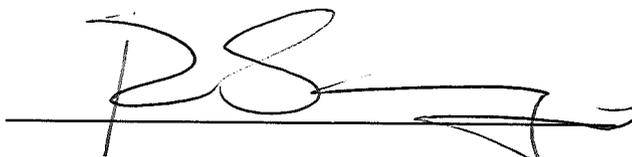
Eliane Superti

Reitora

Universidade Federal do Amapá

APROVAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADORA

Brasília, de de 2018.



Rodrigo Sergio Dias

Presidente

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

**Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
ANEXO III**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Concessão de Bolsas para os servidores (Professores, Técnicos e Estudantes) preferencialmente da UNIFAP para o desenvolvimento das etapas dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios							
Item	CNPq	Especificação	nº de profissionais	HORA	DIA	MÊS	TOTAL R\$
5.1.1	87% DCR/A	Coordenador Geral	1	89,62	3	60	5.377,20
5.1.2	79% DCR/B	Coordenador Administrativo e Operacional	1	68,45	3	60	4.107,00
5.1.3	79% DCR/B	Coordenador de Mobilização/Capacitação	1	68,45	3	60	4.107,00
5.1.4	79% DCR/B	Coordenador de Engenharia	1	68,45	3	60	4.107,00
5.1.5	77% DCR/C	Coordenador de Sistema de Informação	1	54,17	3	60	3.250,20
5.1.6	86% GM	Profissional de comunicação	1	64,17	1	20	1.283,40
5.1.7	86% GM	Técnico em contratos	1	64,17	1	20	1.283,40
5.1.8	86% GM	Técnico prestação de contas	1	64,17	1	20	1.283,40
5.1.9	86% GM	Técnico NS - Apoio a Engenharia e Laboratório	2	64,17	1	20	2.566,80
5.1.10	61% DCR/C	Coordenador de Logística	1	64,17	2	40	2.566,80
5.1.11	169% IC	Bolsistas da área social	6	11,25	3	60	4.050,00
5.1.12	169% IC	Bolsistas da Engenharia e Saneamento	6	11,25	3	60	4.050,00
5.1.13	169% IC	Bolsista de Microbiologia	1	11,25	3	60	675,00
5.1.14	169% IC	Bolsistas de Informática	2	11,25	3	60	1.350,00
5.1.15	169% IC	Bolsistas de Geoprocessamento, Indicadores e Estatística	6	11,25	3	60	4.050,00
5.1.16	62% DCR/C	Educador Ambiental/ Pedagogo / Social	3	43,33	3	60	7.799,40
5.1.17	67% DCR/C	Engenheiros da área de saneamento/Ambiental/ Arquitetos Urbanistas ou profissionais com experiência comprovada nas áreas correlatas	6	46,94	3	60	16.898,40
5.1.18	77% DCR/C	Coordenador em Geoprocessamento	1	54,17	3	60	3.250,20
5.1.19	77% DCR/C	Membro pesquisador em geoprocessamento	1	54,17	3	60	3.250,20
5.1.20	62% DCR/C	Membro pesquisador em geoprocessamento	1	43,33	3	60	2.599,80
5.1.21	77% DCR/C	Revisão da Minuta dos decretos PMSB	1	54,17	3	60	3.250,20

O padrão adotado para a definição dos valores das bolsas expostas na planilha anterior foi baseado em percentuais da tabela de remuneração adotada pelo CNPq, a seguir:

Modalidade*	Categoria Nível	Custo Mensal
Apoio Técnico à Pesquisa	AT/NM	R\$400.00
Apoio Técnico à Pesquisa	AT/NS	R\$550.00
Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional	DCR/A	R\$ 6.200,00
Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional	DCR/B	R\$ 5.200,00
Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional	DCR/C	R\$ 4.200,00
Doutorado	GD	R\$2.200.00
Doutorado Sanduíche	SWP	R\$2.200.00
Doutorado Sanduíche Empresarial	SWI	R\$2.200.00
Iniciação Científica	IC	R\$400.00
Iniciação Científica Júnior	ICJ	R\$100.00
Iniciação Tecnológica (PIBITI)	BIT	R\$400.00
Mestrado (GM)	GM	R\$1.500.00

Modalidade*	Categoria Nível	Custo Mensal
Pesquisador Visitante (PV)	PV	R\$5.200.00
Pós-Doutorado Sênior (PDS)	PDS	R\$4.400.00
Pós-Doutorado Júnior (PDS)	PDJ	R\$4.100.00
Pós-Doutorado Empresarial (PDI)	PDI	R\$4.100.00
Atração Jovens Talentos (BJT)	BJT/A	R\$7.000.00
Atração Jovens Talentos (BJT)	BJT/B	R\$4.100.00
Professor Visitante Especial (PVE)	PVE	R\$ 14.000,00

Impressões e para o desenvolvimento das etapas dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios			
Especificação	Nº de páginas	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Impressões A4	1	0,3	0,3
Impressão de Folder	2	0,5	1
Impressões de carta A3 – dinâmica da oficina	2	5	10
Impressões de carta A0 – dinâmica da oficina	1	30	30
Impressão de certificados	1	1,2	1,2
Materiais diversos para o desenvolvimento das etapas dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios			
Especificação	Nº de páginas	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Blocos de Anotações	40	0,03	1,2
Caneta esferográfica na cor azul	50	0,8	40
Confecção de Faixas (4m x 0,50m)	4	5	20
Diagramação de Folder	1	31	31
Diagramação de Faixas	1	31	31
Diagramação de Banner	1	31	31
Impressão de banners personalizados (1mx1,50m)	1	70	70
Aluguel de lancha com operador, EPIs e combustível	1	350	350
Auxílio Deslocamento Equipes para 6 pessoas	1	177	177
Aluguel de Pick-up 4X4 c/ motorista	1	750	750
Combustível	1	4,5	4,5

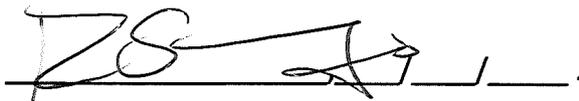
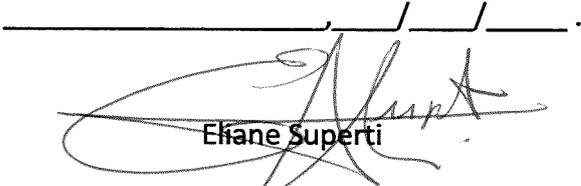
DESPESAS INDIRECTAS

COMPOSIÇÃO	
1	CUSTOS INDIRECTOS
2	TRIBUTOS

ENCARGOS SOCIAIS ESTADO DO – REF. SINAPI.

Encargos Trabalhistas	Horista	Mensalista	Estagiário
Total dos Encargos Sociais			

DATA E ASSINATURAS

 Rodrigo Sergio Dias Presidente Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	 Eliane Superti Reitora Universidade Federal do Amapá - .UNIFAP. .
--	---

ANEXO IV

SALDO DOS RECURSOS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Termo de Execução Descentralizada nº XXX/ANO celebrado entre xxxxx (unidade descentralizadora dos recursos) e xxxxx (unidade recebedora dos recursos), teve como objeto XXXX.

Para a execução do objeto pactuado entre as partes, definiu-se o seguinte plano de aplicação dos recursos:

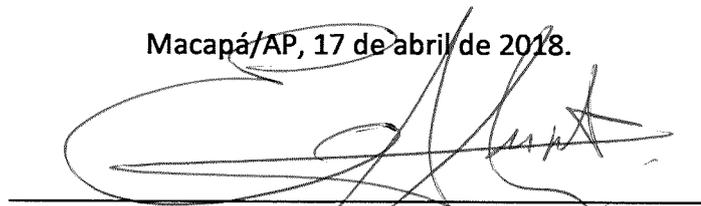
ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA	VALOR POR EXERCÍCIO	TOTAL
		2018	

A execução do plano de aplicação delimitado pode ser demonstrada na tabela a seguir:

EXECUÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	NAT. DA DESPESA	VALOR REPASSADO	VALOR GASTO	SALDO
EX: Bolsa	Auxílio financeiro para estudantes	339018	R\$	R\$	R\$
SALDO A DEVOLVER					R\$

Por todo o exposto, atesto a não existência de recursos para devolução à Unidade Descentralizadora dos Recursos / ou realizo a devolução do saldo de recursos remanescentes no valor R\$ XXXX (por extenso), conforme comprovante em anexo.

Macapá/AP, 17 de abril de 2018.



Eliane Superti

Universidade Federal do Amapá

ANEXO V
PRESTAÇÃO DE CONTAS – CUMPRIMENTO DO OBJETO

O Termo de Execução Descentralizada nº xxxx/ANO celebrado entre xxxx (unidade descentralizadora dos recursos) e xxxx (unidade recebedora dos recursos), teve como objeto XXXX.

Para a execução do objeto pactuado entre as partes, definiram-se as seguintes metas:

Meta	Etapas/Fases	Indicador	Nº	Início	Término
1					
2					

Considerando o cronograma pactuado e a forma de aferição definida para o alcance das metas, detalha-se a seguir as atividades desenvolvidas que evidenciam o cumprimento do objeto celebrado.

Meta 1 - XXXXX

A meta 1 foi atingida com o desenvolvimento (Fundamentação do alcance da meta pactuada).

Meta 2 - XXXXX

A meta 2 foi atingida com o desenvolvimento (Fundamentação do alcance da meta pactuada)

Capacitados pelo Termo

Nome	CPF	XXXX

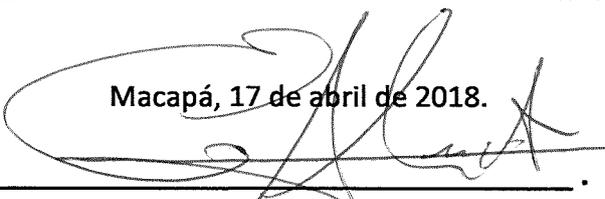
Serviços Prestados (se for o caso)

Serviço	Descrição	XXXX

Conclusão e demais considerações necessárias

Por todo o exposto, atesto o alcance do objeto pactuado e encaminho a presente prestação de contas para avaliação e análise da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Unidade Descentralizadora dos Recursos.

Macapá, 17 de abril de 2018.



Eliane Superti

Universidade Federal do Amapá – Unifap.

ANEXO VII

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ETAPA	MESES																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
		01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	01
1	Formação dos Comitês de Coordenação e Executivos	X	X	X	X															
2	Plano de Mobilização Social	X	X	X																
3	Diagnóstico Técnico participativo			X	X	X	X	X	X											
4	Prospectiva e planejamento estratégico								X	X	X	X								
5	Programas, projetos e ações e Plano de execução;											X	X	X	X	X				
6	Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico								X	X	X	X	X	X						
7	Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico																X	X	X	X

DATA E ASSINATURAS

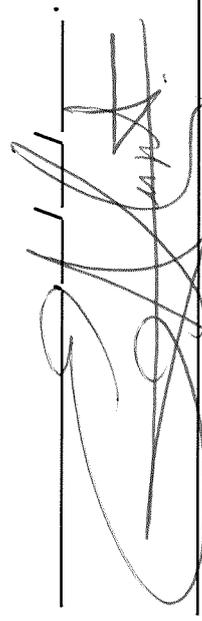
Brasília 24/05/2018.



Rodrigo Sergio Dias

Presidente

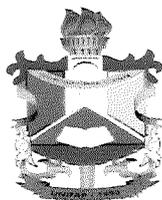
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA



Eliane Superti

Reitora

Universidade Federal do Amapá – Unifap .



**Universidade Federal
do Amapá**

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaro que a Universidade Federal do Amapá se compromete a apresentar à Funasa, quando solicitado, informações quanto ao andamento da execução do objeto proposto, e, ao Final da mesma, independente de solicitação, o Relatório de Cumprimento do Objeto, comprovando a sua execução e a consecução dos objetivos propostos, conforme PARECER nº 7/2018/COATS/CGCOT/DENSP/PRESI.

Macapá, 16 de abril de 2018.

Assinatura manuscrita de Eliane Superti, realizada em uma linha horizontal.

Eliane Superti

Universidade Federal do Amapá – Unifap.